



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
FACULDADE DE DIREITO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
Tel/Fax (0xx53) 3233-6634 - e-mail: direito@furg.br**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE ORGANIZAÇÃO
DO CURSO DE DIREITO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
(De acordo com a Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004)**

04/2012

APRESENTAÇÃO

O presente instrumento dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico de Organização do Curso de Direito da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, aprovado pelo NDE em 02/04/2012 e pelo Conselho da Faculdade em 11/04/2012, para ser implantado a partir do ano letivo de 2013, discorrendo e delineando o perfil desejado dos formandos e as suas competências e habilidades, os conteúdos curriculares, a organização curricular, o Estágio Supervisionado, as Atividades Complementares, o Trabalho de Curso, e a avaliação, de acordo com a Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior.

SUMÁRIO

	Pág.
1. DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	5
1.1 Justificativa e fundamentos	5
2. DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	7
2.1. Criação da Universidade	7
2.2. Filosofia, Missão, Visão e Diretrizes	8
2.2.1 Filosofia	8
2.2.2 Missão	10
2.2.3 Visão	10
2.2.4 Diretrizes	10
2.3 Princípios Orientadores do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	12
2.4. Perfil dos Servidores	14
2.5. Perfil dos Estudantes	15
2.6. Avaliação e Planejamento	15
2.7. Objetivos Estratégicos	16
3. DO CURSO DE DIREITO DA FURG	18
3.1. Origem do Curso	18
3.2. Estrutura institucional	18
3.3. Oferecimento de vagas	19
3.4. Carga Horária e duração do Curso	19
3.5. Regime acadêmico do curso	19
3.6. Perfil dos egressos	20
3.7 Competências e habilidades dos Egressos	20
3.8 Objetivos do curso	21
3.9 Vocação do Curso	22
3.10 Flexibilidade Curricular	23
3.11 Educação Ambiental no curso de Direito	25
3.12 Perfil docente	26
3.13 Interdisciplinaridade	26
3.14 Distribuição dos conteúdos	27
3.14.1 Eixo de Formação Fundamental	27
3.14.2 Eixo de Formação Profissional	27
3.14.3 Eixo de Formação Prática	28
3.14.4 Eixo de Formação Complementar Vocacional	28
3.15. Avaliação Institucional e do curso	28
3.16. Carga Horária mínima do Curso	29

	Pág.
3.17. Organização Curricular	29
3.18. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
3.19. Atividades Complementares	30
3.20 Estágio Curricular Supervisionado	31
3.21. Conteúdo curricular	31
3.21.1. Relação matéria disciplina	31
3.21.2. Grade Curricular	33
3.21.2.1 Disciplinas obrigatórias, em prospecção anual	33
3.21.2.2 Disciplinas optativas teóricas	37
3.21.2.3 Disciplinas optativas práticas	38
3.21.3 Ementas das disciplinas	39
3.22. Modos de integração entre teoria e prática	39
3.23 Formas de avaliação do ensino aprendizagem	40
3.23.1. Critérios	40
3.23.2 Sistema de avaliação	40
3.24. Incentivo à pesquisa e à extensão no contexto do curso	41
4. IMPACTAÇÃO E PLANO DE EQUIVALÊNCIA	42
4.1. Impacto	42
4.1.1. Disciplinas de outras unidades	42
4.1.2. Disciplinas da Faculdade de Direito	43
4.2. Equivalência das disciplinas	45
5. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO	47
5.1. Diretrizes de implantação e extinção	47
EMENTÁRIO	49
QSL (OBRIGATÓRIO)	96

1. DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 Justificativa e fundamentos

O Projeto Pedagógico ora em atualização, aprovado pela Deliberação 033/2006 do COEPE, é fruto da adequação à Resolução nº 9/04 do Conselho Nacional de Educação, a qual, no âmbito de suas atribuições, revogou a Portaria Ministerial nº 1.886 de 30/12/94 que fixava as diretrizes curriculares e que deu início à amplas e profundas modificações nos Cursos de Direito do país, muitas delas consolidadas na própria Resolução nº 9/04.

Ressalta-se que o Curso da FURG, através da Deliberação. COEPE nº 051/95, foi um dos primeiros a implantar essas inovações, o que certamente contribuiu para o seu bom conceito que tem mantido nas avaliações do MEC e da OAB.

Ressalte-se que a presente atualização mantém a adequação à Resolução CNE/CES nº 9/04, que fixou Diretrizes Curriculares para os Cursos de Direito notadamente no que tange à carga horária, período de integralização; Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio; Atividades Complementares, bem como explicitação e detalhamento do projeto pedagógico.

Posteriormente, e já na vigência das alterações curriculares, vieram à luz as Resoluções 2/2007 e 3/2007 do CNE/CES, respectivamente, de 18 junho e 18 de julho do ano de 2007. A primeira fixou a carga horária dos cursos de Direito em 3700 horas, estabelecendo o máximo de 20% desta carga para atividades de Estágio e Atividades Complementares. A segunda, pondo fim à longa polêmica, estabeleceu que as 3700 horas deveriam ser computadas no padrão “hora-relógio” (60 minutos), fixando prazo para que as instituições se adaptassem à este padrão.

A FURG, atendendo tempestivamente a este último dispositivo, aumentou em 20% o número de semanas letivas (eram 15 e passaram a ser 18), evitando assim uma série de alterações curriculares e de horários, que teriam de ser feitas caso a hora-aula de 50 minutos passasse a ser de 60 minutos (observe-se que aumentar de 50 para 60 minutos corresponde também a 20%).

Ocorre que o curso de Direito, que fizera sua reforma no ano de 2006, já estava sintonizado com a compreensão de que a carga horária do curso deveria ser computada em “horas-relógio”, motivo pelo qual apresentava carga de 4.440 horas (de 50 minutos).

Nesta perspectiva, passou-se a olhar com atenção esta nova realidade, no sentido de verificar se que o curso não estaria a operar com carga horária excessiva.

No ano de 2008, outrossim, consolidaram-se as mudanças na estrutura universitária, (re)criando-se a Faculdade de Direito, a qual passou a contar com estrutura diferenciada, notadamente com a implantação de seu Conselho Superior, órgão deliberativo representativo de estudantes, técnicos e professores, junto à Direção da Faculdade e Coordenação de Curso.

Neste Conselho iniciaram-se os debates, até que em 2011, já contando com atuação incisiva do Núcleo Docente Estruturante, foi aprovado pelo Conselho da Unidade amplo calendário, comandado pelo referido Núcleo Docente Estruturante, para debate e construção da presente revisão curricular, encerrado um ano depois, em abril de 2012, com a aprovação da presente reforma consolidada, após mais de 300 horas de trabalho, entre reuniões docentes, discentes, proposições e redações.

Destaca-se, neste interregno, a importante contribuição trazida pela tese em Educação Ambiental desenvolvida pela professora Leila Mara Cosa Vale, a qual, tendo por foco exatamente o curso de Direito, investigou como a Educação Ambiental se evidenciava na formação docente e nas práticas pedagógicas instituídas pelos professores do Curso de Direito da FURG na busca da constituição do perfil do egresso, trazendo oportunas reflexões para o debate.

A presente revisão, ademais, atende à necessidade da constante adaptação entre o conhecimento oferecido como formação e a realidade jurídico-social, possibilitando ao egresso a imediata inserção no mercado de trabalho, com reais possibilidades de competitividade e capacidade para fazer do exercício de sua profissão uma dinâmica de cidadania, na busca da justiça, prosperidade e paz social. O Direito consolida a realidade social que é dinâmica, assim, a atualização é imperativa.

Destaca-se, por derradeiro, que a presente proposição afina-se profundamente com os princípios orientadores do Ensino, Pesquisa e extensão constantes expressamente nos documentos que expressam a política institucional, notadamente o princípio da flexibilização curricular, o qual pressupõe a compreensão do currículo como processo formativo, dinâmico e em permanente movimento, permitindo que a ação educativa da Universidade incorpore outras formas de aprendizagem e de produção do conhecimento presentes na realidade social.

Nesta perspectiva, o princípio da flexibilização requer a avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação e das ações de pesquisa e extensão, identificando diferentes desafios na formação de pessoas e na produção de conhecimento e novas tecnologias.

É justamente isso que se busca neste momento de atualização.

2. Da Fundação Universidade Federal do Rio Grande

2.1. Criação da Universidade

A realidade do município do Rio Grande, na segunda metade do nosso século, revelava a carência total de escolas de nível superior. Isso propiciava a evasão de significativo número de estudantes, os quais se dirigiam a outros centros, em busca de continuidade para seus estudos. Essa força jovem, concluídos os cursos, raramente retornava à cidade de origem, a fim de participar do processo histórico, cultural e sócio-econômico do Rio Grande.

A consciência dessa realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural, cuja finalidade precípua era a criação de uma Escola de Engenharia, em Rio Grande, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que aqui existia.

Apercebendo-se de que a referida escola deveria ter uma entidade mantenedora, aos moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura, ou seja, através de uma Fundação de Ensino Superior, no dia 8 de julho de 1953, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande.

A falta de espaço físico adequado levou a Escola de Engenharia a funcionar, inicialmente, na Biblioteca Pública Rio-Grandense, com aulas práticas ministradas diretamente nas indústrias, servindo essas como laboratórios experimentais.

Devido ao fato dos professores do curso estarem envolvidos em atividades profissionais nas indústrias e entidades públicas da cidade, tornou-se relativamente possível fazer funcionar uma escola sem espaço físico e com corpo docente que trabalhava gratuitamente.

A 24 de maio de 1955, pelo Decreto nº 37.378, foi autorizado o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial, reconhecida pelo Decreto nº 46.459 de 18 de julho de 1959 e federalizada pela lei 3.893 de 2 de maio de 1961, como estabelecimento isolado.

A Fundação Cidade do Rio Grande adquiriu o terreno e urgenciou a construção do prédio próprio para a Escola de Engenharia Industrial, no local onde atualmente está instalado o Campus Cidade.

A primeira célula mal havia fecundado, e já novas necessidades impulsionavam o surgimento de outras unidades de ensino superior.

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas surgiu pela Lei Municipal nº 875, de 22 de julho de 1956, e foi autorizada a funcionar pelo Decreto 43.563 de 24 de abril de 1958.

Em 1959, ano do centenário de nascimento de Clóvis Beviláqua, foi iniciado um movimento visando à instalação em Rio Grande, de uma Escola de Direito a ser mantida, financeiramente, pela Mitra Diocesana de Pelotas. Contava com a colaboração de professores do município, da União Sul-Brasileira de Ensino e da biblioteca Rio-Grandense, aquela fornecendo as instalações para o funcionamento e esta colocando seu acervo à disposição da clientela.

Os esforços conjugados garantiram que, em 2 de fevereiro de 1960, pelo Decreto 47.738, fosse autorizado o funcionamento da instituição que recebeu o nome de Faculdade de Direito "Clóvis Beviláqua". Assim sendo, em 1960 a primeira turma começava a cursar regularmente as aulas, até que, pelo Decreto

56.461 de 14 de junho de 1965, foi reconhecida a Faculdade de Direito "Clóvis Bevilacqua", da Universidade Católica de Pelotas, com funcionamento em Rio Grande.

À proporção que o tempo transcorria, novas expectativas surgiam e, com elas, ampliava-se a gama de possibilidades oferecidas aos jovens riograndinos. A já existência de um vínculo cultural entre Rio Grande e Pelotas favoreceu que novos elos fossem estabelecidos. Dessa forma, ainda em 1960, tendo em vista o grande número de candidatos que aspiravam outros cursos de nível superior, buscou-se a instalação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, para cujo funcionamento haviam sido cedidas salas da Escola Norma "Santa Joana D' Arc". Em 19 de janeiro de 1961, através do Decreto no. 49.963, foi concedida a autorização para o funcionamento dos Cursos de Filosofia e Pedagogia.

Como um processo dinâmico, em que se acumulam resultados favoráveis, em 1964 era dada a autorização para o funcionamento do Curso de Letras, com habilitação para inglês e francês; em 1966 entrava em funcionamento o curso de Matemática; em 1967 instalavam-se os Cursos de Ciências e Estudos Sociais. Neste mesmo ano, na sessão de 4 de outubro, o Conselho Federal de Educação reconhecia a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, ato oficializado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, através do Decreto no. 61.617 de 3 de novembro de 1967.

A 1^o de agosto de 1967, diante da expansão dos cursos, por meio de convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, foi promovido o deslocamento das instalações da Faculdade de Filosofia para o Instituto de Educação "Juvenal Müller"

Assim demonstra que, em 1968, já existia um expressivo número de cursos superiores em Rio Grande. Quando a filosofia educacional do País admitia, a título precário, o funcionamento de escolas isoladas no sistema de ensino superior, e a Reforma Universitária preconizava a aglutinação de unidades independentes, menores, em complexos estruturais maiores, organizados em funções de objetivos comuns, foi assinado o Decreto-Lei 774, pelo então Presidente da República Arthur da Costa e Silva, autorizando o funcionamento da Universidade do Rio Grande - URG.

Surgia, assim, a 20 de agosto de 1969, no cenário cultural brasileiro, esta Universidade que aqui se apresenta.

2.2 . Filosofia, missão, visão e diretrizes

2.2.1 Filosofia

A Educação Superior brasileira, entendida como direito da sociedade e um dever do Estado, deve incorporar em sua razão de existir um conjunto de funções sociais, ampliando o compromisso público com a política de formação e produção de conhecimento, uma vez que é um dos principais "pilares" de emancipação da sociedade, e, por isso, deve reafirmar princípios constitucionais da democracia; assumir a responsabilidade social por meio de ações que possibilitem aos diferentes grupos sociais o usufruto dos conhecimentos produzidos pela academia

em todas as suas dimensões; e reconhecer-se como espaço público, que delinea sua identidade no diálogo com a sociedade.

A Universidade se constitui como um lugar plural de construção de diferentes percepções de mundo e, em razão disso, deve considerar e defender a diversidade e as diferenças como constitutivas das culturas e dos saberes, de forma a fortalecer as identidades do povo brasileiro. Estrutura-se em um conjunto de relações sociais e humanas, um centro de socialização e produção de culturas e conhecimentos e, por isso, não pode ser concebida fora do contexto em que está inserida a realidade contemporânea.

Nesse sentido, o PPP (2004, p. 8) expressa: A par das múltiplas contradições postas na sociedade atual, a FURG precisa situar-se de modo crítico e dialético, dialogando efetivamente com todos os setores da sociedade, a partir de um contexto local, incluído na problemática nacional, que, por sua vez, determina e é determinante de uma conjuntura global, de um lado, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico contemporâneo e, de outro, servindo a uma concepção radical e universal de cidadania.

Assim, o compromisso da Universidade Pública materializa-se em ações que possibilitam a participação dos diversos grupos sociais, num esforço coletivo tanto daqueles que fazem parte da Universidade, quanto dos que participam dos diferentes segmentos sociais, na busca de “soluções de problemas que afetam essa sociedade no presente e, assim, contribuir para o planejamento e execução responsável de ações futuras” (PPP, 2004, p. 14).

Orientando-se nessa perspectiva, a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, enquanto uma Instituição Pública, precisa ser pensada pela sua capacidade de produção de conhecimentos e inovação, mas, sobretudo, pela filosofia que rege a vida coletiva desta Instituição e sua relação com a Sociedade.

É com esse pensamento que se fundamenta a vocação da FURG como uma Instituição que se insere, de maneira particularmente privilegiada, num ecossistema costeiro, do qual formula sua orientação filosófica vocacionada para as características históricas, culturais e sociais próprias de sua posição ambiental regional

[...]. Voltar-se ao ecossistema costeiro implica enunciar alternativas reais de desenvolvimento harmônico entre sociedade e natureza, especialmente na região costeira em que está inserida. A formação acadêmica priorizada pela Instituição contempla uma questão metodológica fundamental: a busca de um relacionamento predominantemente horizontal entre os diferentes atores sociais, entre esses atores e os recursos naturais, e entre necessidades humanas e bens naturais. Com essa perspectiva está fundamentado o empreendimento por uma sociedade sustentável. A definição da filosofia da Universidade como voltada para o ecossistema costeiro tem a virtude de compreendê-la como imediatamente compromissada com a comunidade, exercendo, assim, sua relevante função social desenvolvida nas mais diversas atividades promovidas pela Instituição, quer sejam seus

cursos de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, ou ainda, atividades de pesquisa e extensão. Com essa concepção filosófica, a Instituição prima pela formação acadêmica marcada pela qualidade formal e política, fundamentada em metodologias que destaquem a sensibilidade solidária para com o meio ambiente, do qual somos inextricavelmente parte constituidora, determinante e determinada. A especificidade de voltar-se ao ecossistema costeiro implica a criação e a difusão de conhecimento comprometido, no seu cerne, em compreender a complexidade do próprio ecossistema costeiro em todas as suas manifestações, quer sejam de ordem natural, social, cultural, histórica, etc. (PPP, 2004, p. 13-14).

A vocação da FURG – uma universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos – expressa seu compromisso socioambiental e seu alinhamento com o desenvolvimento local, regional, nacional e global, envolvendo todas as áreas do conhecimento.

A criação e implementação de políticas para a formação inicial e continuada; a abordagem interdisciplinar da complexidade ambiental; a demanda por soluções tecnológicas de produtos e processos inovadores; a necessidade da nação em produzir tecnologias sociais, com vistas à redução das desigualdades, se integram de forma plena à filosofia e vocação da FURG, indicando a necessidade de abordagens multidisciplinares, bem como o crescimento e desenvolvimento nas áreas de: Ciências Biológicas; Agrárias; Exatas e da Terra; Saúde; Humanas; Sociais Aplicadas, Engenharias, e Linguística, Letras e Artes.

2.2.2 Missão

Promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental.

2.2.3 Visão

A FURG consolidará sua imagem nacional e internacional como referência em educação, desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos.

2.2.4 Diretrizes

A filosofia e a missão da FURG são reafirmadas pelas comunidades interna e externa, ao discutir a Instituição no contexto atual e seu papel no âmbito local,

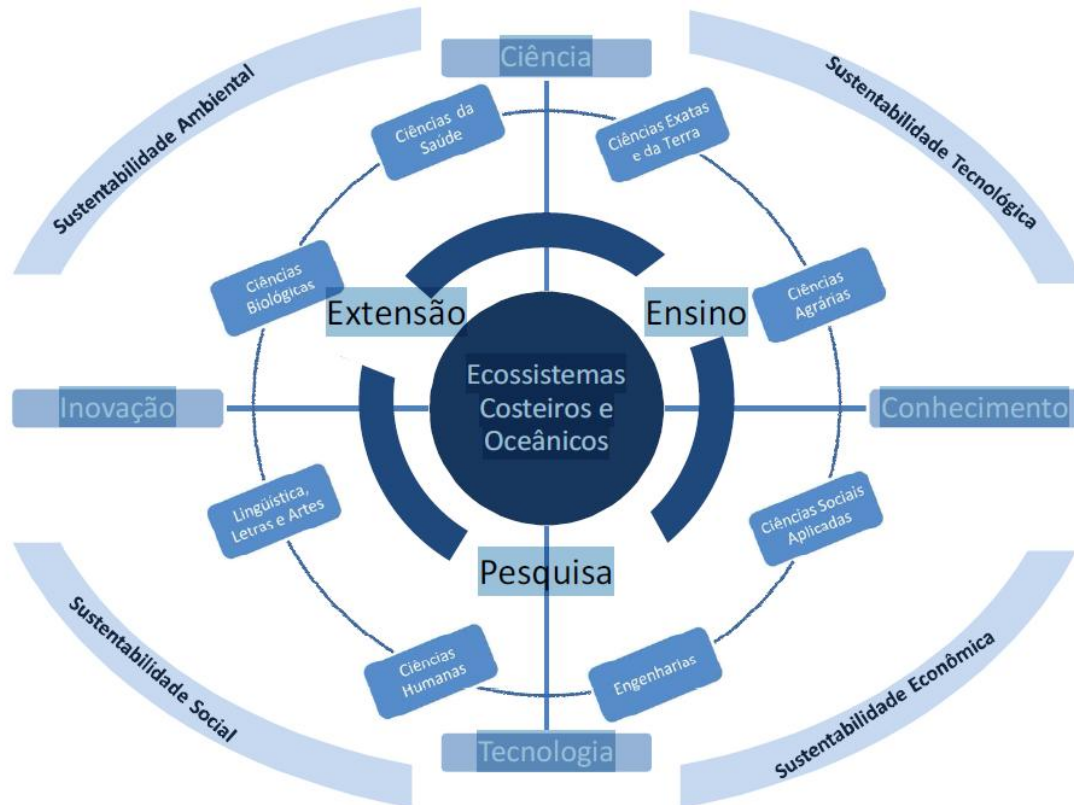
regional, nacional e global. A partir disso definem-se as diretrizes que orientam as ações pedagógicas da Instituição. A FURG pauta suas ações:

- no compromisso com a busca e valoração da qualidade;
- na construção de um projeto de sociedade comprometido com valores éticos, estéticos e educacionais;
- na produção e socialização de conhecimentos e de inovação tecnológica, cujos resultados impliquem, de forma ética, a melhoria das condições de vida da população brasileira;
- na formação comprometida com as questões socioambientais e o desenvolvimento humano, científico e tecnológico;
- na formação de profissionais com autonomia para administrar seus conhecimentos e saberes e para tomar decisões éticas, solidárias e justas, participando ativamente na sociedade;
- na consolidação como referência nacional e internacional no ensino, na pesquisa e na extensão;
- na integração com os diferentes níveis e modalidades de educação;
- na gestão democrática;
- na proposição e participação em políticas públicas voltadas às comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade;
- na busca da participação em diferentes esferas da sociedade e de governo;
- na integração da ciência e da tecnologia, em relação dialógica com a sociedade;
- na valorização dos saberes populares para a produção de conhecimentos;
- na promoção de políticas inclusivas de acesso e permanência dos estudantes;
- no planejamento e avaliação como orientadores dos processos educativos e da gestão.

Essas diretrizes, em consonância com a filosofia e vocação da FURG, expressam o papel da Instituição e orientam suas ações e interações com os ecossistemas costeiros e oceânicos, no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, através de uma gestão de excelência.

Os ambientes costeiros e oceânicos adjacentes são áreas especiais no planeta. Eles se formam e se caracterizam através da interação de processos entre a atmosfera, o continente e a região oceânica. Essa confluência de processos reflete-se numa concentração de energias naturais que tornam essas áreas altamente dinâmicas, produtivas e com características únicas. Tais áreas, por sua capacidade produtiva e pela facilidade de transporte e acesso pelo meio hídrico, têm sido historicamente ocupadas pelo homem de forma destacada. Essa ocupação humana numa área de elevada produtividade e oferta de recursos ambientais produziu seu desenvolvimento e estabeleceu suas peculiaridades socioeconômicas, históricas e culturais. Todos esses elementos naturais, econômicos e sociais, finalmente, estabeleceram o que hoje reconhecemos como os ecossistemas costeiros e oceânicos. Portanto, para um completo conhecimento e o desejado uso sustentável desses ecossistemas com bem-estar social, é imperativo seu estudo e a formação de profissionais que nele atuem através de um enfoque multidisciplinar e integrado. Nesse sentido, seu completo conhecimento torna-se indissociável dos aportes necessários das Ciências Biológicas, Agrárias, Exatas e da Terra, Saúde, Humanas, Sociais Aplicadas,

Engenharias e Linguística, Letras e Artes. Assumindo esse ambiente, a filosofia e vocação da FURG podem ser representadas na figura abaixo:



2.3 Princípios orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão

A FURG, com vocação voltada aos ecossistemas costeiros e oceânicos, tem suas ações pautadas no princípio básico da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, na formação de profissionais, na produção e socialização de conhecimentos e tecnologias. Com essa interação, a Instituição rege sua função social, comprometida com o desenvolvimento de políticas inovadoras voltadas para as necessidades locais, regionais, nacionais e globais, na busca de melhor qualidade de vida.

Assim, as ações de ensino, pesquisa e extensão, dentro das suas especificidades, orientam-se pelos seguintes princípios:

ÉTICA

A ética, entendida como o campo de saber que se preocupa com a escala de valores que orientam nossas práticas desenvolvidas em todos os contextos educativos, fundamenta as ações da Universidade para relações mais solidárias e construtivas, cujos resultados reforçam o compromisso com os diferentes contextos e sujeitos com os quais a Instituição interage, na busca da educação pública de qualidade e da emancipação social.

ESTÉTICA

A educação estética, sob o ponto de vista filosófico, orienta a Universidade para que desenvolva a emancipação dos sentidos, em todas as práticas educativas, a partir da reflexão sobre o modo de apresentação da sensibilidade, em cada grupo social. O estético integra a natureza que define o homem como ser cognitivo, social e expressivo de seu universo particular, traduzindo-se no imaginário, na fantasia, na expressão simbólica, na fala, nos gestos e nos afetos.

COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

As ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade devem considerar as demandas e os saberes sociais como forma de orientar os processos de formação, de produção de conhecimentos e novas tecnologias, num diálogo permanente com o ecossistema nas suas diferentes manifestações, de ordem natural, social, cultural ou histórica.

INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social como princípio orientador das ações educativas da Universidade reafirma a preocupação e o compromisso com a democratização e a promoção da equidade de condições de acesso ao conhecimento e de permanência de grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou especial, nos mais diversos níveis de ensino, reconhecendo os limites e deficiências humanas como novas potencialidades criadoras de aprendizagem, na busca da formação cidadã, na defesa da democracia e do direito a diferença.

RESPEITO À DIVERSIDADE HUMANA

A Universidade, como espaço de pluralidade de pensamento e diferentes percepções de mundo e opções, considera a diversidade e as diferenças como constitutivas das culturas e dos saberes, defendendo o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de crenças espirituais.

COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Comprometida com a Educação e a transformação das relações sectárias que definem a sociedade contemporânea, a Universidade tem por responsabilidade e princípio o fomento de novas formas de ação e interação pautadas pela solidariedade e pelo trabalho colaborativo, com vistas a consolidar uma prática social que priorize o cuidado com o outro, fortalecendo os sentimentos de pertença, segurança e confiança.

FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A flexibilização curricular pressupõe um currículo entendido como processo formativo, dinâmico e em permanente movimento, permitindo que a ação educativa da Universidade incorpore outras formas de aprendizagem e de produção do conhecimento presentes na realidade social. Essa perspectiva requer a avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação e das ações de pesquisa e extensão, identificando diferentes desafios na formação de pessoas e na produção de conhecimento e novas tecnologias.

INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS

A integração de conhecimentos pressupõe o diálogo inter e transdisciplinar nos processos de formação de pessoas e na produção do conhecimento e das novas tecnologias, na busca de uma nova forma de organização e integração dos saberes acadêmicos. Essa integração deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, de forma a considerar a coletividade acadêmica e a pluralidade do conhecimento, para além das disciplinas tradicionais.

2.4. Perfil dos servidores

Para que a filosofia da FURG seja vivenciada nas relações socioeducativas, é necessário que os servidores sejam profissionais:

- comprometidos com a missão da FURG e o papel da Universidade Pública;
- comprometidos com a valorização do serviço público e conscientes da importância de seu trabalho para a sociedade;
- com zelo pelo patrimônio público;
- participantes nas discussões e definições das políticas públicas;
- que se sintam pertencentes à comunidade universitária;
- empenhados com a qualidade dos processos educativos, assumindo a corresponsabilidade com a formação dos estudantes;
- com postura responsável, solidária e respeitosa, pautada pela ética;
- com postura crítica e investigativa, na busca constante pela formação qualificada e o aprimoramento de suas funções;
- democráticos nas relações e dispostos ao trabalho em equipe;
- comprometidos com o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, atentos às demandas locais, regionais, nacionais e globais.

2.5. Perfil dos estudantes

Dos estudantes, orientados pela filosofia e pelos princípios curriculares da FURG, espera-se que, em sua atuação universitária:

- sejam capazes de interpretar e expressar, assumindo atitude investigativa, crítico-reflexiva e criativa, com compromisso científico e social;
- valorizem o investimento da sociedade e o patrimônio público;
- tenham conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos e integrantes da comunidade universitária;
- tenham autonomia no processo de aprendizagem, comprometendo-se com a sua formação, para além do espaço acadêmico, conscientes de que sua formação deve ser contínua;
- defendam valores e ações embasados na ética, na justiça, na dignidade e na solidariedade;
- sejam comprometidos com as questões socioambientais;
- conheçam o ambiente organizacional da Instituição e o projeto pedagógico do seu curso;
- estejam engajados em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- sejam democráticos nas relações e dispostos a atividades em equipe;
- participem das representações estudantis nas diversas instâncias da Instituição;
- participem no processo de desenvolvimento local, regional, nacional e global.

2.6. Avaliação e Planejamento

A avaliação institucional, como processo permanente integrado ao planejamento estratégico, é responsável por acompanhar a realização da missão institucional e verificar como está sendo construída a sua visão de futuro, promovendo uma ampla reflexão sobre as atividades acadêmicas e administrativas e resultando na proposição de medidas que visem ao aperfeiçoamento institucional.

O Programa de Avaliação Institucional tem como premissas básicas, de acordo com os princípios norteadores definidos na Deliberação 054/2010, do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA, os seguintes aspectos:

- prestar contas à sociedade do cumprimento de suas responsabilidades;
- respeitar os valores e a cultura institucionais;
- analisar as unidades acadêmicas no contexto da diversidade das áreas do conhecimento;
- considerar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no que diz respeito a sua eficácia e eficiência;
- avaliar a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade integrados entre si e conforme a sua relação orgânica com a Instituição;
- criar uma cultura de avaliação educativa internalizada no cotidiano da Instituição;
- promover um processo avaliativo participativo e transparente, atingindo todos os

indivíduos que constituem os segmentos universitários e a sociedade civil.

Nessa perspectiva, o Planejamento Institucional deve considerar o processo avaliativo não apenas como um mero levantamento de fragilidades e potencialidades, mas, acima de tudo, como um processo de acompanhamento permanente das ações que visem a atingir os objetivos estratégicos estabelecidos. Considerando a natureza das atividades acadêmicas, a interação com a sociedade, a participação na formulação de políticas públicas e a previsão de crescimento em um período determinado, a FURG estrutura seu planejamento de longo, médio e curto prazo, respectivamente, através dos objetivos estratégicos estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Planos de Ação Anuais.

2.7. Objetivos estratégicos

A FURG, em observância a sua inserção local/regional e nacional/global, busca cumprir sua missão a partir dos objetivos estratégicos que constituem o planejamento de longo prazo, numa visão prospectiva de 12 anos. Os objetivos estratégicos, definidos no PPI, são os seguintes:

- defender a autonomia e a democratização do ensino superior público;
- consolidar-se como referência nacional e internacional no ensino, na pesquisa e na extensão;
- fomentar ações de ensino, pesquisa e extensão, visando à produção de conhecimento, tecnologia e inovação, em benefício de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável;
- implementar ações que contribuam na definição de políticas públicas de desenvolvimento social, valorizando o potencial humano, em um ambiente que respeite as diferenças e as identidades étnico-culturais;
- reafirmar e ampliar a excelência da Instituição no conhecimento da estrutura e função dos diferentes ecossistemas costeiros e oceânicos;
- desenvolver e consolidar estratégias de prospecção e condução de pesquisas tecnológicas e mecanismos de transferência de tecnologia;
- desenvolver e consolidar mecanismos de diagnóstico, análise e identificação das necessidades de educação e saúde, padrões de distribuição geográfica e perfil socioeconômico da população;
- identificar demandas e desenvolver ações de formação de profissionais em áreas prioritárias para o desenvolvimento local e regional;
- intensificar ações de cooperação entre a Universidade e os municípios da região;
- desenvolver e consolidar as políticas de internacionalização da Universidade;
- fomentar ações e políticas de integração entre a Universidade e os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- priorizar ações pedagógicas comprometidas com o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na formação dos estudantes;
- intensificar as ações de formação e qualificação dos servidores;
- prospectar oportunidades para qualificar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- aprimorar a política de comunicação e divulgação interna e externa;

- institucionalizar o acesso gerencial à informação acadêmica e de gestão;
- ampliar e qualificar as ações de assistência ao estudante;
- consolidar a atuação multicampi e ampliar ações para atender demandas regionais;
- desenvolver núcleos e estruturas para a integração de áreas e implementação de programas estratégicos nas áreas da educação, saúde, cultura, tecnologia e inovação e meio ambiente.

3. Do Curso de Direito da FURG

3.1. Origem do Curso

O Curso de Direito da Fundação Universidade do Rio Grande foi criado com a Faculdade de Direito de Rio Grande fundada em 05/08/1959, autorizado a funcionar pelo Governo Federal em 08/01/1960 pelo Decreto nº 47.738 e publicado em 02/02/1960 e reconhecido em 14/06/1965 pelo Decreto nº 56.461, publicado no Diário Oficial da União em 06/07/1965.

A instituição, designada Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua por sua instituidora, Mitra Diocesana, era vinculada a Universidade Católica de Pelotas e, a partir de 1972, foi incorporada a Fundação Universidade do Rio Grande, criada em 20/08/1969.

Nos considerandos lavrados no Decreto do Gabinete Episcopal que criou a Faculdade de Direito de Rio Grande foi consignada a vantagem da “**formação de líderes que guiem e orientem**” a comunidade, e que “**as condições de cultura, população e situação especial da Cidade do Rio Grande, como centro industrial e importante porto marítimo**” justificavam a instalação do Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais.

No seu caminho histórico o curso sempre apresentou um currículo diferenciado e qualificado, adaptado à vocação institucional e atento à realidade local, foco que se mantém na presente atualização curricular. Este esforço tem tido como resultado histórico o destaque regional e nacional, medido por variados indicadores, entre os quais o ENADE, o Exame da Ordem dos advogados do Brasil, além da ocupação, em alta proporção, dos mais importantes cargos jurídicos do Estado brasileiro, entre os quais os de juiz, promotor, defensor, delegado e professor.

3.2. Estrutura institucional

O Curso de Direito da Fundação Universidade do Rio Grande, encontra-se sediado na Faculdade de Direito da FURG (FADIR), com Regimento Interno próprio aprovado pelas instâncias universitárias competentes, vigente desde 2010. Nos termos do referido regimento, a FADIR/FURG tem a seguinte estrutura organizacional:

- a) Conselho da Faculdade, órgão deliberativo e recursal, com representação de todos os segmentos acadêmicos;
- b) Direção da Faculdade;
- c) Coordenações de Cursos de Graduação e Pós-graduação;
- d) Supervisão de Pesquisa;
- e) Supervisão de Extensão;
- f) Supervisão de Estágio
- g) Supervisão de Atividades Complementares
- h) Supervisão de Trabalho de Curso

Outrossim, o curso conta com um Núcleo Docente Estruturante ativo, ao qual o Conselho da Faculdade delegou a condução do processo de aprofundamento dos debates e produção da presente proposta de atualização curricular.

Além da Faculdade de Direito contribuem para o desenvolvimento do curso especialmente outras quatro unidades, responsáveis por pequena parcela das disciplinas do curso, afeitas às suas especificidades, quais sejam:

Faculdade de Medicina - FAMED

Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI

Instituto de Educação – IE

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis - ICEAC

3.3. Oferecimento de vagas

A distribuição de vagas anuais para ingresso é a seguinte:

Vagas	Turno Predominante
55	Noite
55	Manhã

Destaca-se que não estão restritos ao oferecimento no turno predominante, podendo ser oferecidos em quaisquer dias, horários ou turnos os seguintes componentes curriculares:

- Atividades Complementares
- Todas as Disciplinas do Estágio Supervisionado, teóricas ou práticas
- Todas as Disciplinas Optativas, inclusive as integrantes do núcleo mínimo necessário à conclusão de curso, teóricas ou práticas

3.4. Carga Horária e duração do Curso

A carga horária total indispensável para a conclusão do curso **é de 3900 (três mil e novecentas) horas.**

A duração do Curso (tempo de formação) é de, no mínimo, **5(cinco) anos** e de no máximo 8 (oito) anos.

3.5. Regime acadêmico do curso

O regime adotado será o regime por **disciplinas** (regime de **créditos**), com disciplinas preponderantemente anuais.

3.6. Perfil dos egressos

No atendimento às disposições da Resolução 9/2004 CNE/CES nº 9/04 e às especificidades do presente projeto o Curso de desenvolverá de modo a propiciar aos egressos o seguinte perfil:

- a) sólida formação geral, humanística e axiológica, teórica e prática;
- b) capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica;
- c) adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;
- d) postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania;
- e) formação flexibilizada para atuação na defesa dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade, sem prejuízo da formação geral adequada ao exercício das diferentes profissões jurídicas.

Propicia-se, assim, a formação de bacharéis efetivamente comprometidos e preparados para assumir, destarte, o papel de agente constitutivo e modificador da sociedade, um bacharel que, além de operador jurídico-político seja um cidadão envolvido no processo democrático de construção de uma sociedade justa, harmônica, economicamente desenvolvida e ecologicamente equilibrada.

3.7 Competências e habilidades dos Egressos

As competências e habilidades preconizadas para os egressos, estabelecidas em função do perfil desejado para o formando, incluem:

- a) leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- b) interpretação e aplicação do Direito no âmbito individual e social;
- c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- d) produção criativa do Direito;
- e) adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- f) correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito – com clareza, precisão e propriedade - fluência verbal e riqueza de vocabulário;
- g) utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- h) compreensão interdisciplinar do Direito e dos instrumentos e técnicas para sua aplicação à realidade individual e social;
- i) julgamento e tomada de decisões;
- j) equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, visando a consolidação de uma sociedade ambientalmente sustentável e justa para com seus integrantes ;

k) domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito em Geral e mais especialmente dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade socioambiental;

3.8 Objetivos do curso

O objetivo geral do curso é a formação de cidadãos e operadores conscientes dos valores implícitos nas esferas do Direito Público e Privado, assim como dos limites e interações entre o espaço estatal e o não estatal; que se percebam partícipes do processo de construção do Direito e da sociedade e que, sem prejuízo de sólida formação geral, pautados em valores éticos, sociais e humanísticos estejam capacitados à atuação político-jurídica, em especial no âmbito regional. E, ainda, atendendo à sua vocação específica, contribuir para que sejam cidadãos e profissionais capazes de defender com zelo especial os Direitos Humanos, Desenvolvimento e Sustentabilidade sócio-ambiental,

São, assim, objetivos específicos do curso:

a) formar cidadãos críticos conscientes de seu papel social e profissional aptos para entenderem o contexto econômico-social e político-jurídico e atenderem as demandas sociais e do mundo atual, onde o Direito é produto da sociedade, mas, também, instrumento transformador;

b) proporcionar a formação humanística e o desenvolvimento do pensamento reflexivo fundados na valorização do meio ambiente e dos espaços públicos, do Direito Público e das garantias constitucionais do cidadão a partir de uma visão plural do homem e da sociedade, e que tenha como finalidade básica a realização plena da democracia, o bem comum e o desenvolvimento econômico sustentável;

c) formar profissionais aptos à atuação político-jurídica a partir do exercício das diferentes atividades das carreiras jurídicas de modo a contribuir para o desenvolvimento da sociedade e do Direito;

d) propiciar ao estudante formação geral técnico-jurídica adequada permitindo sua capacitação para o exercício das diferentes profissões jurídicas, com flexibilidade para sua formação adicional dentro das diversas temáticas que abrangem os Direitos Humanos, a Sustentabilidade sócio-ambiental e o Desenvolvimento, sem prejuízo de conferir-lhe a capacitação que possibilite prosseguir nos estudos em horizontes que complementem esta formação.

e) permitir ao estudante refletir sobre os critérios de criação, interpretação e fundamentação das decisões jurídicas na perspectiva interna e global do sistema jurídico;

f) promover interdisciplinaridade como pressuposto fundamental da formação e da atuação político-jurídica contemporânea, e da compreensão da realidade e do fenômeno jurídico para buscar compreender e atuar num mundo concebido de forma integral, especialmente abrangendo a compreensão do processo dinâmico que abrange as relações entre sociedade e natureza, assim como a circunstancialidade da intervenção dos ditames jurídicos nos problemas e conflitos ambientais, permitindo o vislumbre da função transformadora e educativa ínsita no universo jurídico em interação com as demais ciências envolvidas.

g) permitir ao estudante o acesso a outras disciplinas específicas, jurídicas ou não, capazes de aprofundar a formação específica e preconizada para o Curso.

3.9 Vocação do Curso

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito orientam à definição vocacional dos cursos ao estabelecer que eles, entre outros objetivos, devem assegurar sólida formação humanística e axiológica, capacidade de interpretação e valorização de fenômenos sociais e capacidade reflexiva indispensável ao desenvolvimento da cidadania, personalizando o perfil do egresso, sem prejuízo da formação técnico-jurídica.

As Diretrizes que apontam à vocação dos cursos sob o enfoque da formação humanística e axiológica, da interação com os fenômenos sociais e do desenvolvimento da cidadania abrangem a vocação institucional da FURG, tendo em vista a afinidade daqueles temas com os ecossistemas costeiros, especialmente na sua interação com os vetores da proteção dos direitos humanos, do desenvolvimento e da sustentabilidade sócio-ambiental.

Assim, contemplou-se um curso que, além de atender com qualidade diferenciada as demandas gerais do Bacharelado em Direito, tem por vocação específica os direitos humanos, o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental no ecossistema costeiro onde se insere a cidade de Rio Grande. Esta vocação que se convencionou denominar Direitos Humanos, Desenvolvimento e Sustentabilidade, apresenta-se em duas dimensões:

a) Pela inserção, transversal, de conteúdos relacionados à temática vocacional nas disciplinas de formação geral que assim o permitam;

b) Pelo oferecimento de um grupo de disciplinas, obrigatórias ou optativas, especificamente relacionadas à temática vocacional:

- Direitos Humanos, obrigatória, teórica
- Direito da Criança, do adolescente e do Idoso, optativa, teórica
- Direito Previdenciário, optativa, teórica
- Criminologia, optativa, teórica
- Direito Penitenciário, optativa, teórica
- Direito e Gênero, optativa, teórica
- Direito Educacional, optativa, teórica
- Direito Público Eclesiástico, optativa, teórica
- Direito Ambiental, obrigatória, teórica
- Biodireito, optativa, teórica
- Direito da Pesca, optativa, teórica
- Direito do Consumidor, optativa, teórica
- Direito do Mar, optativa, teórica
- Direito Cooperativo e Cidadania, optativa, teórica
- Direito Portuário, optativa, teórica
- Direito da Navegação, optativa, teórica
- Mediação de Conflitos, optativa, teórica

- Direito Econômico , optativa, teórica
- Direito Processual Tributário, optativa , teórica
- Propriedade Intelectual, optativa, teórica
- Direito e Novas Tecnologias, optativa, teórico-prática
- Pesquisa em Direitos Humanos, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Ambiental, optativa, prática
- Pesquisa em Direito e Bioética, optativa, prática
- Pesquisa em Direito do Consumidor, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Econômico, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Educacional e Ensino Jurídico, optativa, prática
- Pesquisa em Direito do Mar, Pesca e Navegação, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Empresarial, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Cooperativo e Cidadania , optativa, prática
- Pesquisa em Direito Portuário , optativa, prática

Ressalte-se que o grupo de disciplinas optativas institui outras de instrumentalidade específica concebidas para agregar qualidade diferenciada às demandas gerais de formação necessárias a um bacharel em Direito, bem como para permitir horizontes mais amplos para a pesquisa acadêmica.

- Comunicação Jurídica , optativa , teórica
- História das Idéias Jurídicas , optativa , teórica
- Medicina Legal , optativa , teórica
- Legislação Penal Extravagante , optativa , teórica
- Pesquisa em Filosofia Jurídica e Teoria do Direito , optativa, prática
- Pesquisa em Sociologia Jurídica e História do Direito , optativa, prática
- Pesquisa em Direito Constitucional , optativa, prática
- Pesquisa em Direito Civil , optativa, prática
- Pesquisa em Direito Processual Civil, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Tributário e Finanças Públicas, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Penal e Processual Penal, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Administrativo, optativa, prática
- Pesquisa em Direito e Processo do Trabalho, optativa, prática
- LIBRAS, optativa, teórica

3.10 Flexibilidade Curricular

Incluída expressamente nos documentos institucionais entre os princípios que orientam o ensino para a presente década, a flexibilidade curricular faz-se presente neste projeto, admitindo-se que o aluno componha com relativa liberdade aproximadamente 15% da carga horária do curso, computadas as atividades complementares e as disciplinas optativas.

Nesta perspectiva, e também considerando a dinâmica singela da realidade da graduação, o presente projeto, em que pese apresentar um leque de disciplinas optativas que poderiam ser alocadas em distintos segmentos da vocação escolhida (direitos humanos, desenvolvimento e sustentabilidade) opta por não fixar rígidas áreas de concentração, estabelecendo-se, por outro lado, a exigência do cumprimento de uma carga mínima de 330 horas em disciplinas optativas

livremente escolhidas pelo estudante, sendo pelo menos 240 horas em disciplinas optativas teóricas e 90 horas em uma das disciplinas optativas de natureza prática (que abrangerão disciplinas relacionadas ao desenvolvimento do TCC).

Destarte, o estudante há de escolher, no mínimo, 240 horas (16 créditos), dentre um variado leque de disciplinas teóricas, quais sejam:

- Direito da Criança, do adolescente e do Idoso, optativa, teórica
- Direito Previdenciário, optativa, teórica
- Criminologia, optativa, teórica
- Direito Penitenciário, optativa, teórica
- Direito e Gênero, optativa, teórica
- Direito Educacional, optativa, teórica
- Direito Público Eclesial, optativa, teórica
- Biodireito, optativa, teórica
- Direito da Pesca, optativa, teórica
- Direito do Consumidor, optativa, teórica
- Direito do Mar, optativa, teórica
- Direito Cooperativo e Cidadania, optativa, teórica
- Direito Portuário, optativa, teórica
- Direito e mediação, optativa, teórica
- Direito Econômico, optativa, teórica
- Direito Processual Tributário, optativa, teórica
- Comunicação Jurídica, optativa, teórica
- História das Ideias Jurídicas, optativa, teórica
- Medicina Legal, optativa, teórica
- Legislação Penal Extravagante, optativa, teórica
- Sistemas Processuais Penais, optativa, teórica
- Propriedade Intelectual, optativa, teórica
- Direito e Novas Tecnologias, optativa, teórico-prática
- LIBRAS, optativa, teórica

Outrossim, no último ano do curso, o estudante escolherá uma disciplina prática específica que terá por função articular variados fatores relacionados à produção científica acadêmica, concentrados numa área específica, facilitando o desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso, tendo por referência um igualmente variado leque de disciplinas práticas de produção científica:

- Pesquisa em Direitos Humanos, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Ambiental optativa, prática
- Pesquisa em Direito e Bioética, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Econômico, optativa, prática
- Pesquisa em Direito do Consumidor, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Educacional e Ensino Jurídico, optativa, prática
- Pesquisa em Direito do Mar, Pesca e Navegação, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Empresarial, optativa, prática
- Pesquisa em Filosofia Jurídica e Teoria do Direito, optativa, prática
- Pesquisa em Sociologia Jurídica e História do Direito, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Constitucional, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Civil, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Processual Civil, optativa, prática

- Pesquisa em Direito Tributário e Finanças Públicas, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Penal e Processual Penal, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Administrativo, optativa, prática
- Pesquisa em Direito e Processo do Trabalho, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Cooperativo e Cidadania, optativa, prática
- Pesquisa em Direito Portuário, optativa, prática

Outrossim, ainda no contexto da flexibilidade curricular balizada como princípio institucional, dentro dos limites normativos admitidos pela legislação educacional (atualmente 20%), as disciplinas do curso que pedagogicamente se conformarem favoravelmente com este formato poderão ser oferecidas em formato semi-presencial, nos termos do respectivo Plano de Ensino.

3.11 Educação Ambiental no curso de Direito

A lei 9.795, de 27/04/1999, é explícita, em seu Art. 2º, quanto à obrigatoriedade da presença dos co-respectivos conteúdos em todos os níveis de ensino, o que, por evidente, abrange os cursos de Direito.

Dentre os princípios que norteiam a educação ambiental, nos termos do Art. 4º da referida lei, destaca-se os seguintes, onde se revela especial envolvimento do projeto pedagógico do curso:

- a) concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- b) abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- c) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- d) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- e) a permanente avaliação crítica do processo educativo;

O curso nesta perspectiva, fazendo a opção por compreender a educação ambiental em sua perspectiva transformadora, em variados espaços estratégicos, considerando sua grade curricular e o respectivo ementário, procura trazer à tona estas questões ao longo de todo o curso, destacando-se, em especial, as disciplinas de Teoria do Direito e Fundamentos de Ética, no primeiro ano; Direitos Humanos e Filosofia e Ética Jurídica no segundo ano; Direito Administrativo, no terceiro ano, Direito Ambiental no quarto ano e Direito, sociedade e justiça social no quinto ano, ocupando-se das temáticas co-relacionadas também em disciplinas optativas, como “Direito e Gênero”, “Bioética” e “Direito Educacional”

Além disso, a educação ambiental, também na perspectiva transformadora, é fomentada a partir de um leque aberto de possibilidades que o aluno tem no componente curricular denominado Atividades Complementares, destacando-se em especial a possibilidade de participação nos grupos de pesquisa relacionados ao tema, notadamente o Grupo de Pesquisa em Direito e Educação Ambiental (GPDEA) e o Grupo Transdisciplinar de pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade (JTJUS), este último em funcionamento há quase uma década.

3.12 Perfil docente

O perfil docente preconizado para o curso envolve, além da necessidade da competência técnica específica, teórica e prática, para o adequado desenvolvimento de cada uma das disciplinas, a exigência de alta capacitação científica, preferencialmente em nível de doutorado, tanto na área jurídica como nas demais áreas que tenham sua confluência nos objetivos do Curso, notadamente as Ciências Sociais e Humanas, a Educação e a Educação Ambiental.

A partir deste perfil é possível garantir ao curso, além da excelência na formação técnica, a possibilidade do estudante integrar-se nos espaços de iniciação científica dos grupos de pesquisa, bem como dos demais projetos aprovados junto ao CNPQ, CAPES, e demais órgãos de fomento, além de viabilizar sua participação em projetos de Extensão de dimensão nacional e regional, propiciando-se assim importantíssimas experiências pedagógicas.

Nesta perspectiva, constituem-se políticas necessárias para o corpo docente, indissociáveis dos objetivos do curso, a oportunização de experiências práticas e teóricas, de todos os tipos, aos docentes, entre as quais se inclui, entre outras, a capacitação em programas de pós-graduação, a participação em eventos de capacitação e atualização, a participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos, o fomento à pesquisa, a possibilidade de atuação em atividades técnicas que permitam a atuação profissional, bem como atuação nas variadas oportunidades de atuação na extensão universitária.

3.13 Interdisciplinaridade

A vocação preconizada para o curso não só permite, mas mais que isto, recomenda, a interdisciplinaridade, entendida esta não apenas como interação entre teoria e prática ou como atuação interativa horizontal ou vertical entre as disciplinas do curso, práticas estas, ressalte-se, igualmente importantes e efetivamente recomendadas para o bom desenvolvimento do projeto.

Além destes horizontes, todavia, tomando em conta as opções para o perfil docente, bem como a opção por uma educação ambiental transformadora, o curso opera na perspectiva de uma ação interdisciplinar transversal, que abrange tanto as disciplinas obrigatórias, teóricas ou práticas, como a partir de várias disciplinas, em sua maioria optativas, abertas não só aos estudantes do Direito, mas também aos estudantes oriundos de outros campos do conhecimento, fomentando assim a interação também entre os discentes. Além disso, além do horizonte das disciplinas, também fomenta-se a interdisciplinaridade a partir dos grupos de pesquisa e das variadas interações do corpo docente e discente, dos grupos e das próprias disciplinas com o ambiente universitário como um todo, preconizando possibilidades para assentamento de uma perspectiva holística para toda sua comunidade..

3.14 Distribuição dos conteúdos

O Curso contempla conteúdos e atividades que atendem aos seguintes eixos interligados de formação: Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional, Eixo de Formação Prática e Eixo de Formação Complementar Vocacional.

3.14.1 Eixo de Formação Fundamental

O Eixo de Formação Fundamental objetiva proporcionar ao discente uma estrutura básica de conhecimentos teóricos integrados com outras áreas do saber visando a formação de consciência crítica e reflexiva do fenômeno jurídico-social, no contexto das seguintes matérias:

Teoria do Direito
Hermenêutica Jurídica
História do Direito
Teoria do Estado
Fundamentos do Direito Constitucional
Ciência Política
Economia
Filosofia
Sociologia Geral e Jurídica
Psicologia
Ética Geral e Jurídica
Antropologia Filosófica
Metodologia Científica

3.14.2 Eixo de Formação Profissional

O Eixo de Formação Profissional objetiva proporcionar, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação dos diversos ramos do Direito estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil, e suas relações internacionais, no contexto das seguintes matérias:

- Direito Constitucional
- Direitos Humanos
- Direito Civil
- Direito Penal
- Direito do Trabalho
- Direito Administrativo
- Direito Tributário
- Direito Processual Civil
- Direito Processual Penal
- Direito Processual do Trabalho

- Direito Empresarial
- Direito Internacional
- Direito Ambiental

3.14.3 . Eixo de Formação Prática

O Eixo de Formação Prática tem por objetivo proporcionar ao discente a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, aportando-lhe vivência no meio de atuação do Direito e autoconfiança para o enfrentamento de situações em concreto, realizando-a através dos seguintes componentes curriculares:

- Estágio Curricular Supervisionado
- Trabalho de Curso, desenvolvido com o apoio de uma disciplina prática específica, com carga horária de 90 horas (6 créditos) que terá por função articular variados fatores relacionados à produção científica acadêmica, concentrados na área específica de interesse do aluno, dentre o seguinte leque de disciplinas práticas de produção científica referidas no item 3.10, supra.

3.14.4 Eixo de Formação Complementar Vocacional

O Eixo de Formação Complementar Vocacional objetiva uma estrutura básica de conhecimentos teóricos específicos que se acrescem, com a devida flexibilização, à formação fundamental visando uma postura crítica e reflexiva relacionada ao Direito e à vocação institucional. É complementar porque não dispensa o enfoque vocacional mantido nos demais conteúdos programáticos. Implementa-se através dos seguintes componentes curriculares:

- a) Atividades Complementares de relevância acadêmica livremente escolhidas pelos alunos, nos termos do respectivo regulamento;
- b) Pelo oferecimento de disciplinas optativas especificamente relacionadas à temática vocacional, bem como outras específicas, de formação complementar de interesse do aluno, dentre as quais o aluno deverá escolher um total mínimo de 240 horas (16 créditos), nos termos da lista constante no item 3.10, supra.

3.15. Avaliação Institucional e do curso

O Curso de Direito da FURG vem se destacando por sua qualidade em todas as avaliações a que é submetido, notadamente as oficialmente empreendidas pelo MEC, destacando-se, outrossim, regional e nacionalmente no Exame de Ordem.

Além disto, o curso integra-se plenamente ao processo permanente de auto-avaliação institucional, tanto nas atividades de avaliação propriamente dita como nos seminários reflexivos sobre o processo como um todo, indutores de inúmeras mudanças em curso, entre as quais a alteração que resultou na presente atualização do projeto pedagógico, tal como constam nos respectivos relatórios.

3.16. Carga Horária mínima do Curso

A carga horária mínima do Curso é a seguinte:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA TOTAL
Disciplinas obrigatórias:	
Teóricas	2.880 h
Práticas (Estágio Supervisionado)	360 h
Disciplinas optativas :	
Teóricas	240 h
Práticas	90 h
Atividades Complementares	330 h
CARGA MÍNIMA TOTAL	3.900 h

3.17. Organização Curricular

Constituem-se em componentes curriculares indispensáveis à conclusão do curso, respeitadas as cargas horárias supra referidas:

- Frequência e aprovação nas disciplinas obrigatórias, teóricas e práticas
- Frequência e aprovação na carga horária mínima em disciplinas optativas, teóricas e práticas, nestas incluído o Estágio Supervisionado
- Cumprimento da carga horária mínima de Atividades Complementares
- A produção, defesa e aprovação, em banca, do Trabalho de Conclusão de Curso

O Curso de Direito se desenvolve sob regime de créditos (disciplinas) com disciplinas preponderantemente anuais. O turno predominante ou de matrícula - noite ou manhã - é aquele em que se desenvolvem as disciplinas teóricas obrigatórias.

As disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado, o Trabalho de Curso, as Atividades Complementares e as disciplinas optativas serão realizadas em turno diverso do predominante ou em horário não coincidente com o das disciplinas do currículo, conforme decisão das instâncias internas.

O aluno reprovado em disciplina de seu turno preponderante, ao repeti-la, se for constatado colidência de horários com outras disciplinas obrigatórias regulares de sua turma de origem, havendo vagas disponíveis, poderá cursá-la em turno diverso do predominante.

O dimensionamento das turmas obedece aos critérios de maior qualidade e eficiência, prevendo-se um teto máximo de 60 alunos por turma para as turmas teóricas e 15 alunos por turma para as disciplinas práticas do estágio supervisionado, com exceção das disciplinas que envolvam prática real junto aos serviços jurídicos da Universidade, para as quais se prevê um máximo de 9 alunos

por turma. Outrossim, para as disciplinas práticas relacionadas ao TCC, se prevê um máximo de 3 alunos por turma.

3.18. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Curso consiste na elaboração de uma Monografia sobre tema jurídico e a respectiva defesa perante banca examinadora, e cuja aprovação é condição à obtenção do grau.

Além da devida orientação ao TCC, como instrumento de fomento ao debate e ao aprofundamento teórico, o estudante deverá freqüentar, juntamente com a realização do TCC, uma disciplina prática de pesquisa em direito, conduzida pelo seu orientador, a qual propiciará a interação entre estudantes de temas similares e o professor orientador, otimizando, em todos os sentidos, o processo de investigação científica.

O Regimento da Faculdade contempla, na estrutura organizacional, uma Supervisão específica para o TCC.

Os detalhamentos pertinentes encontram-se no respectivo Regulamento de TCC, aprovado pelo Conselho da Faculdade de Direito, parte integrante deste projeto.

3.19. Atividades Complementares

As Atividades Complementares constituem componente curricular obrigatório, indispensável ao enriquecimento e complemento do perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competências do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Constitui-se em espaço curricular aberto, democrático, com amplas possibilidades para a formação e para o desenvolvimento da interdisciplinaridade

É exigido do aluno o cumprimento de um mínimo de 330 horas em atividades complementares, em diversificadas atividades que abrangem ensino, pesquisa, extensão e estágios, entre outras consideradas pertinentes ao desenvolvimento de habilidades e competências profissionais.

O Regimento da Faculdade contempla, na estrutura organizacional uma Supervisão específica para as Atividades Complementares.

Os detalhamentos pertinentes encontram-se no respectivo Regulamento de Atividades Complementares, aprovado pelo Conselho da Faculdade de Direito, parte integrante deste projeto.

3.20 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é componente Curricular Obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando.

O Estágio, realizado na própria instituição através do Núcleo de Prática Jurídica, em parte, contemplará convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia, em serviços de assistência judiciária implantados nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à para a avaliação pertinente.

As atividades de Estágio serão avaliadas e poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, conforme estabelece sua regulamentação, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

As atividades do Estágio Curricular Supervisionado são desenvolvidas ao longo das disciplinas práticas denominadas Estágio Supervisionado (I a VII), que abrangem atividades de prática real e simulada relacionadas com as diferentes competências e habilidades pretendidas pelo curso.

Entre as estruturas institucionais, conta-se com o Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da Universidade, devidamente equipado, localizado no centro da cidade, próximo ao Fórum, e que presta serviços jurídicos para a população de baixa renda. Além disso, no campus universitário a instituição conta com espaços para a prática de atividades jurídicas simuladas, entre outras, destinadas ao controle do Estágio.

Além do Estágio Supervisionado obrigatório, componente curricular cogente, a instituição conta com a possibilidade de realização de Estágio Curricular suplementar, devidamente orientado e regulamentado, facultativo aos alunos que pretendam um maior desenvolvimento de suas habilidades práticas.

O Regimento da Faculdade contempla, na estrutura organizacional uma Supervisão específica para o Estágio Supervisionado, contemplando ainda uma Supervisão específica para o SAJ e outra para os Estágios Externos.

Os detalhes pertinentes encontram-se no respectivo Regulamento de Estágio, aprovado pelo Conselho da Faculdade de Direito, parte integrante deste projeto.

3.21. Conteúdo curricular

3.21.1. Relação matéria disciplina

O quadro abaixo apresenta como os distintos conteúdos obrigatórios referidos pela Resolução 9/2004 encontram-se distribuídos pelas disciplinas obrigatórias do curso:

Matéria	Disciplina
Teoria do Direito	TGD - Teoria Geral do Direito
Hermenêutica Jurídica	TGD - Teoria Geral do Direito Dogmática Jurídica Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
História do Direito	HID - História do Direito TGD - Teoria Geral do Direito
Filosofia	Fundamentos de Filosofia
	Fundamentos de Ética
	Antropologia Filosófica
	Filosofia e Ética Jurídica
Antropologia	TGD - Teoria Geral do Direito
	Antropologia Filosófica
Ética Geral e Jurídica	Fundamentos de Ética
	Filosofia e Ética Jurídica
Sociologia	Sociologia Geral
	Direito, Sociedade e Justiça Social
Economia	Noções de Economia
Ciência Política	CPEC -Ciência Política, Estado e Constituição
Teoria do Estado	CPEC -Ciência Política, Estado e Constituição
Direito Civil	Dogmática Jurídica
	Direito das Obrigações
	Direito Contratual e Responsabilidade civil
	Direito Reais
	Direito de Família e Sucessões (civil V)
Direito Constitucional	CPEC -Ciência Política, Estado e Constituição
	Direito Constitucional
	Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
Psicologia	Psicologia Aplicada ao Direito
Metodologia Científica	Metodologia Científica

Direito Penal	Direito Penal I
	Direito Penal II
Direito Processual Civil	Direito Processual Civil I
	Direito Processual Civil II
	Direito Processual Civil III
Direito do Trabalho	Direito do Trabalho
Direito Processual Penal	Direito Processual Penal I
	Direito Processual Penal II
Direito Empresarial	Direito Empresarial
Direito Processual do Trabalho	Direito Processual do Trabalho
Direito Administrativo	Direito Administrativo
	Direito Ambiental
Direito Tributário	Direito Tributário
Direito Internacional	Direito Internacional
	Direito, sociedade e justiça social
Direito Ambiental	Direito Ambiental
Prática Jurídica Real e Simulada (Estágio Supervisionado)	Estágio Supervisionado I (visitações)
	Estágio Supervisionado II (audiências)
	Estágio Supervisionado III (simulação civil)
	Estágio Supervisionado IV(Prática real)
	Estágio Supervisionado V (simulação penal)
	Estágio Supervisionado VI (simulação trabalhista)
	Estágio Supervisionado VII(Prática real)

3.21.2. Grade Curricular

3.21.2.1 Disciplinas obrigatórias, em prospecção anual

Abaixo explicita-se o conjunto de disciplinas obrigatórias, sua periodicidade, créditos, carga teórica e prática, apresentadas já dentro de uma sugestão de sequência anual, incluindo-se a sugestão de distribuição da carga horária mínima nas disciplinas optativas teóricas e já alocando disciplina optativa prática de pesquisa de apoio ao TCC no último ano:

	Unidade	Disciplinas	Pré-Requisitos	Periodi- cidade	Cré- ditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática
1º Ano de Curso	FADIR	Teoria Geral do Direito (TGD)	----- x -----	anual	8	120	
	FADIR	Dogmática Jurídica	----- x -----	anual	8	120	
	FADIR	Ciência Política, Estado e Constituição (CPEC)	----- x -----	anual	8	120	
	FADIR	História do Direito	----- x -----	anual	4	60	
	ICEAC	Noções de Economia	----- x -----	anual	4	60	
	IE	Metodologia Científica	----- x -----	semstrl	2	30	
	IE	Fundamentos de Filosofia	----- x -----	semstrl	2	30	
	IE	Antropologia Filosófica	----- x -----	semstrl	2	30	
	IE	Fundamentos de Ética	----- x -----	semstrl	2	30	
Total 1º Ano					40	600	0

	Unidade	Disciplinas	Pré-Requisitos	Periodi- cidade	Cré- ditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática
2º Ano de Curso	FADIR	Direito Processual Civil I	Dogmática_Jurídica Teoria_Geral_do_Direito Ciência_Politica_Estado e Constituição	anual	8	120	
	FADIR	Direito Constitucional	Dogmática_Jurídica Teoria_Geral_do_Direito Ciência_Politica_Estado e Constituição	anual	8	120	
	FADIR	Direito Penal I	Dogmática_Jurídica Teoria_Geral_do_Direito Ciência_Politica_Estado e Constituição	anual	8	120	
	FADIR	Direito das Obrigações	Dogmática_Jurídica Teoria_Geral_do_Direito Ciência_Politica_Estado e Constituição	anual	4	60	
	FADIR	Filosofia e Ética Jurídica	Fundamentos_de_Filosofia Fundamentos_de_Ética	anual	4	60	
	FADIR	Direitos Humanos	Dogmática_Jurídica Teoria_Geral_do_Direito Ciência_Politica_Estado e Constituição	anual	4	60	
	ICHI	Sociologia Geral	Metodologia Científica	anual	4	60	
	FADIR	Estágio Supervisionado I (visitações)	Dogmática_Jurídica Teoria_Geral_do_Direito Ciência_Politica_Estado e Constituição	anual	2		30
		carga em optativas (sugestão)			4	60	
Total 2º Ano					46	660	30

	Unidade	Disciplinas	Pré-Requisitos	Periodi- cidade	Cré- ditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática
3º Ano de Curso	FADIR	Direito Processual Civil II	Direito Processual Civil I	anual	8	120	
	FADIR	Direito Contratual e Responsabilidade civil	Direito das Obrigações Direito Constitucional	anual	8	120	
	FADIR	Direito Administrativo	Direito Constitucional	anual	8	120	
	FADIR	Direito Penal II	Direito Penal I	anual	8	120	
	FADIR	Hermenêutica e Jurisdição Constitucional	Direito Constitucional	anual	4	60	
	ICHI	Psicologia Aplicada ao Direito	Metodologia Científica	anual	4	60	
	FADIR	Estágio Supervisionado II (audiências)	Estágio_Supervisionado_I Direito_Processual_Civil_I	anual	2		30
		carga em optativas (sugestão)			4	60	
Total 3º Ano					46	660	30

	Unidade	Disciplinas	Pré-Requisitos	Periodi- cidade	Cré- ditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática
4º Ano de Curso	FADIR	Direito do Trabalho	Direito_Contratual e Responsabilidade Civil Direito_Constitucional	anual	8	120	
	FADIR	Direito Processual Civil III	Direito_Processual_Civil_II	anual	8	120	
	FADIR	Direito Processual Penal I	Direito_Penal_II	anual	8	120	
	FADIR	Direito Tributário	Direito Administrativo	anual	8	120	
	FADIR	Direito Reais	Direito Contratual e Responsabilidade Civil	anual	4	60	
	FADIR	Direito Ambiental	Direito Administrativo	anual	4	60	
	FADIR	Estágio Supervisionado III (simulação civil 1 e 2)	Estágio_Supervisionado-II Direito_Processual_Civil II	anual	4		60
	FADIR	Estágio Supervisionado IV(Prática real)	Estágio_Supervisionado-II Direito_Processual_Civil II	anual	4		60
		carga em optativas (sugestão)			4	60	
Total 4º Ano					52	660	120

5º Ano de Curso	Unidade	Disciplinas	Pré-Requisitos	Periodi- cidade	Cré- ditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática
	FADIR	Direito de Família e Sucessões	Direitos Reais	anual	8	120	
	FADIR	Direito Internacional	Direito Constitucional Direitos Humanos Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Noções de Economia	anual	4	60	
	FADIR	Direito, Sociedade e Justiça Social	Direito Constitucional Direitos Humanos Sociologia Geral Noções de Economia Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica	anual	4	60	
	FADIR	Direito Empresarial	Direito_Contratual e Responsabilidade Civil Direito Processo Civil III	anual	8	120	
	FADIR	Processual Penal II	Direito Processual Penal I	anual	4	60	
	FADIR	Direito Processual do Trabalho	Direito do Trabalho I	anual	4	60	
	FADIR	Estágio Supervisionado V (simulação penal)	Direito Processual Penal I	anual	2		30
	FADIR	Estágio Supervisionado VI (simulação trabalhista)	Direito do Trabalho I	anual	2		30
	FADIR	Estágio Supervisionado VII(Prática real)	Estágio Supervisionado IV	anual	8		120
	FADIR	Disciplina específica de Pesquisa em Direito, à opção do aluno (vide abaixo a lista das respectivas optativas)	Metodologia_Cientifica Direitos Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e aceitação do respectivo orientador	anual	6		90
		carga em optativas (sugestão)			4	60	
Total 5º Ano					54	540	270

3.21.2.2 Disciplinas optativas teóricas

	Unidade	Disciplinas	Pré-Requisitos	Periodi- cidade	Cré- ditos	Carga Horária Teórica
Optativas Teóricas	FADIR	Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	---- x -----	anual	4	60
	FADIR	Direito Previdenciário	Direito Administrativo	anual	4	60
	FADIR	Criminologia	---- x -----	anual	6	90
	FADIR	Direito Penitenciário	Direito_Penal_I	semstrl	3	45
	FADIR	Direito e Gênero	---- x -----	semstrl	3	45
	FADIR	Direito Educacional	Direito Adminstrativo	anual	4	60
	FADIR	Direito Público Eclesiástico	Direito Constitucional	anual	4	60
	FADIR	Direito da Pesca	---- x -----	semstrl	2	30
	FADIR	Direito do Consumidor	Direito Contratual e Responsabilidade Civil Direito_Administrativo	anual	4	60
	FADIR	Direito do Mar	---- x -----	semstrl	3	45
	FADIR	Direito Cooperativo e Cidadania	---- x -----	semstrl	3	45
	FADIR	Direito Portuário	---- x -----	semstrl	3	45
	FADIR	Mediação de Conflitos	Direito Processual Civil I	anual	4	60
	FADIR	Direito Econômico	---- x -----	semstrl	3	45
	FADIR	Direito Processual Tributário	Direito Tributário	semstrl	3	45
	FADIR	Comunicação Jurídica	Metodologia_Cientifica	anual	4	60
	FADIR	Historia das Ideias Juridicas	História do Direito Ciência Política, Estado e Constituição	semstrl	3	45
	FAMED	Medicina Legal	Direito_Penal_II	anual	4	60
	FADIR	Legislação Penal Extravagante	Direito_Penal_II	semstrl	3	45
	FADIR	Sistemas Processuais Penais	Direito Processual Penal I	semstrl	3	45
	FADIR	Direito da Navegação	Direito Administrativo	semstrl	3	45
	FADIR	Biodireito	---- x -----	anual	4	60
	FADIR	Propriedade Intelectual	---- x -----	anual	4	60
	FADIR	Direito e Novas Tecnologias (teórico-pratica)	---- x -----	semstrl	3	45
	ILA	LIBRAS	---- x -----	anual	8	120

3.21.2.3 Disciplinas optativas práticas

	Unidade	Disciplinas	Pré-Requisitos Específicos	Pré-Requisitos Comuns Adicionais	Período de	Créditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática
Optativas Práticas	FADIR	Pesquisa em Direitos Humanos		Metodologia Científica Direitos Humanos Direito Ambiental Filosofia e Ética Jurídica Antropologia Filosófica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e aceitação do respectivo orientador mínimo de 180 créditos concluídos	anual	6		90
	FADIR	Pesquisa em Direito Ambiental						
	FADIR	Pesquisa em Direito Econômico	Direito Econômico					
	FADIR	Pesquisa em Direito Educacional e Ensino Jurídico	Direito Educacional					
	FADIR	Pesquisa em Direito do Mar, Pesca e Navegação	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito Empresarial	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Filosofia Jurídica e Teoria do Direito	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Sociologia Jurídica e História do Direito	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito Constitucional	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito Civil	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito Processual Civil	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito Tributário e Finanças Públicas	Direito Tributário					
	FADIR	Pesquisa em Direito Penal e Processual Penal	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito e Bioética	Biodireito					
	FADIR	Pesquisa em Direito Administrativo	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito e Processo do Trabalho	----- x -----					
	FADIR	Pesquisa em Direito do Consumidor	Direito do Consumidor					
	FADIR	Pesquisa em Direito Portuário	Direito Portuário					
	FADIR	Pesquisa em Direito Cooperativo e Cidadania	Direito Cooperativo e Cidadania					

3.21.3 Ementas das disciplinas

As ementas das disciplinas que fazem parte do Plano Curricular do Curso são apresentadas ao final, em anexo.

3.22. Modos de integração entre teoria e prática

A integração entre a teoria e a prática começa com o preparo do corpo docente – notadamente dos professores que ministram as diferentes disciplinas do do Eixo de Formação Profissional do curso - para utilizar-se, no seu mister, de instrumentos aptos à transportarem a teorização para situações reais, o que se dá mediante a referência a casos reais e em concreto e a atribuição de trabalhos de pesquisa e produção técnico-científica aos discentes. Para este desiderato, a experiência profissional dos prática dos docentes, além de sua constante atualização, é, de diversas formas, estimulada pela Faculdade.

Entretanto, é no Eixo de Formação Prática, por via do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Curso é que se desenvolvem as atividades diretas de interação, onde cada um de seus elementos cumpre uma parte daquela função formadora.

Nesta perspectiva, o Trabalho de Curso além de ensejar atualização doutrinária e jurisprudencial, constitui-se em legítimo exercício, em alto grau de exigência, de um dos misteres do jurista: a produção técnico-científica jurídica, sustentada e debatida oralmente, tal como ocorre mormente com as teses jurídicas debatidas nas diversas instâncias judiciais .

Outrossim, o Estágio Curricular Supervisionado, além de estimular a inscrição no quadro da OAB, permite a atuação no Serviço de Assistência Judiciária da Universidade e em outros ambientes dos operadores da justiça, convenientes, além das atividades simuladas na principais áreas jurídicas.

Ressalte-se, neste sentido, que o Estágio Curricular Supervisionado, que organiza-se a partir de disciplinas curriculares de natureza prática, procura operacionalizar os respectivos programas de ensino justamente a partir da interação com os conteúdos co-respectivos ministrados na disciplinas teóricas.

Ademais, ainda no âmbito do Estágio Supervisionado, para aqueles estudantes que sentirem necessidade de maior interação prática, a instituição disponibiliza professores supervisores para estágio curricular não obrigatório, de natureza complementar aos estudos, justamente por isto computados como atividade complementar.

Nesta perspectiva, os convênios firmados com distintas instituições que a Faculdade mantém, representam importante incremento para que os alunos aliem a teoria à prática e possam, através da vivência, assimilar de forma mais eficaz os conhecimentos adquiridos em aula:

Destaca-se, neste particular, que o Curso tem à disposição diversos convênios que recebem os alunos, entre outros, convênios com o Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Justiça Federal; Ordem dos Advogados do Brasil; Ministério Público Estadual; Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Rio Grande;

3.23 Formas de avaliação do ensino-aprendizagem

3.23.1. Critérios

A avaliação do ensino e aprendizagem nas disciplinas se dá através da realização de provas e ou tarefas de acordo com o Sistema de Avaliação instituído na FURG e indicado no quadro de identificação da disciplina: “sistema I” (destinado, no curso de Direito à todas as disciplinas teóricas) ou “sistema II” (destinado, no curso de Direito, às disciplinas práticas), e expressa em valores numéricos, numa escala de 0 a 10.

Será aprovado nas disciplinas do “sistema I”, sem realizar exame, e fará jus aos créditos a ela consignados o aluno que satisfizer, simultaneamente, as seguintes condições:

a) alcançar em cada disciplina uma média de pontos final igual ou superior a 7,0;

b) tiver frequência igual ou maior que 75 % às atividades da disciplina.

Outrossim, em sede de Exame, no “sistema I”, ou diretamente, no “sistema II”, será aprovado na disciplina, e fará jus aos créditos a ela consignados o aluno que satisfizer, simultaneamente, as seguintes condições:

a) alcançar em cada disciplina uma média de pontos final igual ou superior a 5,0;

b) tiver frequência igual ou maior que 75 % às atividades da disciplina.

3.23.2 Sistema de avaliação

Na conformidade do disposto nos artigos 67 a 72 do Regimento Geral da Universidade e da Deliberação nº 038/90 do COEPE os dois Sistemas de Avaliação com seus respectivos critérios gerais são os seguintes:

Para as disciplinas anuais, no Sistema I haverá quatro(04) notas parciais (N1, N2, N3 e N4) e um exame final (NE). A média final (M) do estudante será calculada através da seguinte fórmula:

$$M = \frac{1,5(N1+N2+N3+N4) + 4NE}{10}$$

O estudante que alcançar média aritmética simples = ou > a sete (07) nas quatro (04) notas parciais ficará dispensado de prestar exame final e será considerado aprovado na disciplina.

Para as disciplinas semestrais, no Sistema I haverá duas (02) notas parciais (N1 e N2) e um exame final (NE). A média final (M) do estudante, será calculada através da seguinte fórmula:

$$M = \frac{3(N1+N2) + 4NE}{10}$$

10

O estudante que alcançar média aritmética simples = ou > a sete (07) nas duas notas parciais ficará dispensado de prestar exame final e será considerado aprovado na disciplina.

No Sistema II, ao término de cada período letivo, será atribuída apenas uma nota final, como resultado de tarefa(s) realizada(s) durante o mesmo. Será Considerado aprovado o estudante que alcançar no final = a cinco (05).

No Sistema II de Avaliação estão incluídas as disciplinas de Estágio Supervisionado do Curso de Direito, bem como as disciplinas práticas de Pesquisa, que operam em apoio ao TCC, localizando-se as demais no Sistema I.

3.24. Incentivo à pesquisa e à extensão no contexto do curso

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que por disposição constitucional é aplicável às universidades, e por consequência aos seus cursos, é linha mestra para que seus fins sejam atingidos e o serviço que realize seja de qualidade. Nesta perspectiva, as atividades de pesquisa e extensão, indissociáveis do ensino, são tão estimuladas quanto este.

O Curso, objetivando o atendimento ao preceito constitucional possibilita aos discentes participarem dos projetos que a Instituição desenvolve – hoje valorizados, também, pela pontuação às Atividades Complementares, alguns temporários e outros permanentes. Anualmente, a unidade realiza variados projetos de pesquisa e extensão, boa parte deles apoiados com bolsa institucional, tal como está disponibilizado na página do curso (<http://direito.furg.br>)

Nesta mesma perspectiva, a Faculdade de Direito procura apoiar os docentes para a realização de projetos de pesquisa e extensão, alocando razoável carga horária para esta finalidade e disponibilizando a adequada infra-estrutura de apoio, tanto em termos de material como de pessoal

IV. IMPACTAÇÃO E PLANO DE EQUIVALÊNCIA

4.1. Impacto

O impacto da implementação do novo currículo, por unidade, é o seguinte:

4.1.1. Disciplinas de outras unidades da FURG

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC:

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Variação
NOÇÕES DE ECONOMIA (07149)	60	Noções de Economia (07149)	60	0

Instituto de Educação - IE

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Variação
METODOLOGIA CIENTIFICA (9272)	60	Metodologia Cientifica	30	-30
FILOSOFIA E ETICA GERAL (9583)	60	Fundamentos de Filosofia	30	0
		Fundamentos de Ética	30	
ANTROPOLOGIA FILOSOFICA (9585)	60	Antropologia Filosófica	30	-30

Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Variação
SOCIOLOGIA GERAL (9584)	60	SOCIOLOGIA GERAL (9584)	60	-60
SOCIOLOGIA JURÍDICA (9568)	60			
Psicologia Aplicada ao Direito (09312)	60	Psicologia Aplicada ao Direito (09312)	60	0

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Faculdade de Medicina

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Variação
MEDICINA LEGAL (17017)	60	Medicina Legal (17017)	60	0

Instituto de Letras e Artes - ILA

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Variação
LIBRAS (06386)	120	LIBRAS (06386)	120	0

4.1.2. Disciplinas da Faculdade de Direito

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Varição
INTR. ESTUDO DO DIREITO (8199)	120	Teoria Geral do Direito	120	0
DIR. CIVIL I (PARTE GERAL) (8202)	120	Dogmática Jurídica	120	0
CIEN. POL. ESTADO E CONSTIT (8200)	120	Ciência Política, Estado e Constituição	120	0
HISTORIA DO DIREITO (8201)	120	História do Direito	60	-60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I (8208)	120	Direito Processual Civil I	120	0
DIREITO CONSTITUCIONAL (8203)	120	Direito Constitucional	120	0
DIR. PENAL I (PARTE GERAL) (8162)	120	Direito Penal I	120	0
DIREITO CIVIL II(OBRIGACOES) (8206)	120	Direito das Obrigações	60	-60
FILOSOFIA E ETICA JURIDICA (8209)	60	Filosofia e Ética Jurídica	60	0
NAC. PUBLICO (8210)	60	Direito Internacional	60	-60
DIREITO INTERNACIONAL PRIV. (8224)	60			
DIR. FUND. ESTADO GLOBAL (8207)	60	Direitos Humanos	60	0
Estágio Supervisionado I (8246)	30	Estágio Supervisionado I	30	0
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (8215)	120	Direito Processual Civil II	120	0
DIREITO CIVIL III(C. R. C) (8212)	120	Direito Contratual e Responsabilidade civil	120	0
DIREITO ADMINISTRATIVO (8218)	120	Direito Administrativo	120	0
DIR. PENAL II (P. ESPECIAL) (8167)	120	Direito Penal II	120	0
DIR. PROCESSUAL CONSTITUCI. (8227) (optativa)	60 opt	Hermenêutica e jurisdição Constitucional (obrigatória)	60 obr	60
Estágio Supervisionado II (8247)	30	Estágio Supervisionado II	30	0
DIREITO DO TRABALHO (8179)	120	Direito do Trabalho	120	0
DIR. PROCESSUAL CIVIL III (8219)	120	Direito Processual Civil III	120	0
DIREITO PROCESSUAL PENAL (8214)	120	Direito Processual Penal I	120	0
		Direito Processual Penal II	60	60
DIREITO TRIBUTARIO (8223)	120	Direito Tributário	120	0
DIREITO CIVIL IV(COISAS) (8217)	120	Direito Reais	60	-60
DIREITO AMBIENTAL (8225)	60	Direito Ambiental	60	0
Estágio Supervisionado III (8248)	30	Estágio Supervisionado III	60	0
Estágio Supervisionado VI (8251)	30			
Estágio Supervisionado V (8250)	60	Estágio Supervisionado IV	60	0

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Variação
DIR. CIV. V(FAM. E SUCESS) (8221)	120	Direito de Família e Sucessões	120	0
DIREITO EMPRESARIAL I (8205)	60	Direito Empresarial	120	-60
DIREITO EMPRESARIAL II (8211)	60			
DIREITO FALIMENTAR (8220)	60			
DIR.PROCESSUAL DO TRABALHO (8185)	60	Direito Processual do Trabalho	60	0
Estágio Supervisionado IV (8249)	30	Estágio Supervisionado V	30	0
Estágio Supervisionado VII (8252)	30	Estágio Supervisionado VI	30	0
Estágio Supervisionado VIII (8253)	120	Estágio Supervisionado VII	120	0
	120	Direito, Sociedade e Justiça Social	60	60

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Variação
DIR. CRIAN. ADOL. E DO IDO. (8226)	60	Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	60	0
DIREITO PREVIDENCIARIO (8228)	60	Direito Previdenciário	60	0
CRIMINOLOGIA(8244)	60	Criminologia	90	30
BIODIREITO (8254)	60	Biodireito	60	0
DIREITO DO CONSUMIDOR (8229)	60	Direito do Consumidor	60	0
DIREITO DO MAR (8213)	60	Direito do Mar	45	-15
DIREITO ECONOMICO (8230)	45	Direito Econômico	45	-15
COMUNICACAO JURIDICA (8204)	60	Comunicação Jurídica	60	0
HISTÓRIA DAS IDEIAS JURIDICAS	60	Historia das Ideias Juridicas	45	-15
----- X -----		Direito Penitenciário	45	45
----- X -----		Direito e Gênero	45	45
----- X -----		Direito Educacional	60	60
----- X -----		Direito Público Eclesiástico	60	60
----- X -----		Direito da Pesca	30	30
----- X -----		Direito Cooperativo e Cidadania	45	45
----- X -----		Direito Portuário	45	45
----- X -----		Mediação de Conflitos	60	60
----- X -----		Direito Processual Tributário	45	45
----- X -----		Legislação Penal Extravagante	45	45
----- X -----		Sistemas Processuais Penais	45	45
----- X -----		Direito da Navegação	45	45
----- X -----		Propriedade Intelectual	60	60
----- X -----		Direito e Novas Tecnologias	45	45

Currículo Antigo	CH	Currículo Novo	CH	Varição
---- x ----		Pesquisa em Direitos Humanos	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Ambiental	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Econômico	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Educacional e Ensino Jurídico	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito do Mar, Pesca e Navegação	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Empresarial	90	90
---- x ----		Pesquisa em Filosofia Jurídica e Teoria do Direito	90	90
---- x ----		Pesquisa em Sociologia Jurídica e História do Direito	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Constitucional	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Civil	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Processual Civil	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Tributário e Finanças Públicas	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Penal e Processual Penal	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Administrativo	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito e Processo do Trabalho	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito e Bioética	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito do Consumidor	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Cooperativo e Cidadania	90	90
---- x ----		Pesquisa em Direito Portuário	90	90

4.2. Equivalência das disciplinas

As disciplinas - em face de alterações de conteúdos declaradas nos seus ementários - tem a seguinte equivalência:

Currículo Novo	Currículo Antigo
Teoria Geral do Direito	INTR. ESTUDO DO DIREITO (8199)
Dogmática Jurídica	DIR. CIVIL I (PARTE GERAL) (8202)
Ciência Política, Estado e Constituição	CIEN. POL. ESTADO E CONSTIT (8200)
História do Direito	HISTORIA DO DIREITO (8201)
Noções de Economia	NOÇÕES DE ECONOMIA(07149)
Metodologia Científica	METODOLOGIA CIENTIFICA (9272)
Fundamentos de Filosofia	FILOSOFIA E ETICA GERAL (9583)
Antropologia Filosófica	ANTROPOLOGIA FILOSOFICA (9585)
Fundamentos de Ética	FILOSOFIA E ETICA GERAL (9583)
Direito Processual Civil I	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I (8208)
Direito Constitucional	DIREITO CONSTITUCIONAL (8203)
Direito Penal I	DIR. PENAL I (PARTE GERAL) (8162)
Direito das Obrigações	DIREITO CIVIL II(OBRIGACOES) (8206)
Filosofia e Ética Jurídica	FILOSOFIA E ETICA JURIDICA (8209)
Direitos Humanos	DIR. FUND. ESTADO GLOBAL (8207)

Currículo Novo	Currículo Antigo
SOCIOLOGIA GERAL	SOCIOLOGIA GERAL (9584)
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I (8246)
Direito Processual Civil II	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (8215)
Direito Contratual e Responsabilidade civil	DIREITO CIVIL III(C. R. C) (8212)
Direito Administrativo	DIREITO ADMINISTRATIVO (8218)
Direito Penal II	DIR. PENAL II (P. ESPECIAL) (8167)
Hermenêutica e jurisdição Constitucional	DIR. PROCESSUAL CONSTITUCI. (8227)
Psicologia Aplicada ao Direito	Psicologia Aplicada ao Direito (09312)
Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado II (8247)
Direito do Trabalho	DIREITO DO TRABALHO (8179)
Direito Processual Civil III	DIR. PROCESSUAL CIVIL III (8219)
Direito Processual Penal I	DIREITO PROCESSUAL PENAL (8214)
Direito Tributário	DIREITO TRIBUTARIO (8223)
Direito Reais	DIREITO CIVIL IV(COISAS) (8217)
Direito Ambiental	DIREITO AMBIENTAL (8225)
Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado III (8248)
	Estágio Supervisionado VI (8251)
Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado V (8250)
Direito de Família e Sucessões	DIR. CIV. V(FAM. E SUCESS) (8221)
Direito Internacional	DIREITO INTERNAC. PUBLICO (8210)
	DIREITO INTERNACIONAL PRIV. (8224)
Processual Penal II	DIREITO PROCESSUAL PENAL (8214)
Direito Empresarial	DIREITO EMPRESARIAL I (8205)
	DIREITO EMPRESARIAL II (8211)
	DIREITO FALIMENTAR (8220)
Direito Processual do Trabalho	DIR.PROCESSUAL DO TRABALHO (8185)
Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado IV (8249)
Estágio Supervisionado VI	Estágio Supervisionado VII (8252)
Estágio Supervisionado VII	Estágio Supervisionado VIII (8253)
Direito da Criança, do adolescente e do Idoso	DIR. CRIAN. ADOL. E DO IDO. (8226)
Direito Previdenciário	DIREITO PREVIDENCIARIO (8228)
Criminologia	Criminologia (8244)
Biodireito	Biodireito (8254)
Direito do Consumidor	DIREITO DO CONSUMIDOR (8229)
Direito do Mar	DIREITO DO MAR (8213)
Direito Econômico	DIREITO ECONOMICO (8230)
Comunicação Jurídica	COMUNICACAO JURIDICA (8204)
Historia das Ideias Jurídicas	HISTÓRIA DAS IDEIAS JURIDICAS (SN)
Medicina Legal	MEDICINA LEGAL (17017)

V. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

5.1. Diretrizes de implantação e extinção

A implantação das disciplinas do novo currículo e por consequência a extinção do antigo obedecerá as seguintes diretrizes:

- a) A partir de 2013 aplica-se o currículo novo com todas as suas alterações a todos os alunos ingressantes, passando o currículo novo a ser oferecido na seguinte sequência: disciplinas do primeiro ano a partir de 2013, disciplinas do segundo ano a partir de 2014, disciplinas do terceiro ano a partir de 2015, disciplinas do quarto ano a partir de 2016 e disciplinas do quinto ano a partir de 2017.
- b) o currículo antigo será extinto totalmente no ano de 2017, extinguindo-se, todavia, ano a ano, cada uma das séries, na seguinte sequência: ao final de 2013 extingue-se o oferecimento da 2ª série, ao final de 2014 extingue-se o oferecimento da 3ª série, ao final de 2015 extingue-se o oferecimento da 4ª série, ao final de 2016 extingue-se o oferecimento da 5ª série e ao final de 2017 extingue-se o oferecimento da 6ª série.
- c) Os alunos que ingressaram até 2012 e que não lograrem reprovação em qualquer disciplina mantém-se, *a priori*, no currículo antigo, o qual deverão cursar em última oportunidade, nos termos dos oferecimentos supra referidos. Caso o aluno seja reprovado e ainda estiverem sendo oferecidas todas as disciplinas necessárias à sua conclusão no currículo antigo, nos termos acima, ele manter-se-á no mesmo. Não havendo esta oferta, o aluno será transferido compulsoriamente ao novo currículo.
- d) Os alunos que ingressaram até 2012 e que, nos termos do disposto acima, forem automaticamente transferidos ao currículo novo, deverão buscar imediatamente o cumprimento das disciplinas não cursadas e já ultrapassadas pela série em que for enquadrado, dentro de um adequado plano de adaptação que poderá utilizar-se de disciplinas oferecidas em turno diverso.
- e) Os alunos que ingressaram até 2012 poderão, mediante requerimento formal, aderir ao novo currículo, nos prazos fixados pela Coordenação, assumindo o ônus da adesão, em termos de aumento do tempo de formação, ainda que seja pela eventual indisponibilidade de vagas, tendo claro que o oferecimento das disciplinas do novo currículo obedecerá a sequência referida na alínea “a)” supra, não sendo assegurado o oferecimento de qualquer disciplina fora da referida sequência.

- f) Ainda que não aderindo ao novo currículo, os estudantes enquadrados no currículo antigo, poderão cursar, inclusive no turno diverso, as disciplinas optativas e as disciplinas novas oferecidas pelo novo currículo sem equivalência no currículo anterior, havendo vagas e respeitados os pré-requisitos;
- g) Os alunos que venham a ingressar por transferência ou porte de diploma superior ou equivalente se adaptarão ao currículo cujo oferecimento, nos termos das alíneas “a” e “b” supra, corresponda à série em que for enquadrado, sujeitando-se, a partir do enquadramento, a todos os critérios supra referidos, ficando claro que qualquer reprovação ou não aproveitamento de disciplina não mais oferecida do currículo em extinção implicará na transferência automática para o novo currículo.

ANEXO - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	TEORIA GERAL DO DIREITO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	1º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

VALORES HUMANOS, SOCIAIS E DIREITO. EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA JURÍDICA.. TEORIA DO DIREITO: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA. DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA. RELAÇÃO DO DIREITO COM OUTRAS CIÊNCIAS. A PROBLEMÁTICA DAS FONTES DO DIREITO NOS DISTINTOS ORDENAMENTOS. DIREITO POSITIVO E DIREITO NATURAL. ESCOLAS JURÍDICAS MAIS IMPORTANTES. DIREITO POSITIVO E DIREITO NATURAL. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO. RELAÇÃO JURÍDICA. GRANDES SISTEMAS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS. HERMENÊUTICA JURÍDICA. A PROBLEMÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. TEORIA DA NORMA JURÍDICA. TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO. DIREITO E LINGUAGEM. DIREITO, PODER E DEMOCRACIA. MEIO AMBIENTE E DIREITO. DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL.

Unidade Responsável	Instituto de Educação
Nome da Disciplina:	FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	02
Localização no QSL:	1º ano - 1º semestre
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PENSAMENTO FILOSÓFICO. A FILOSOFIA NO CONTEXTO DA CIVILIZAÇÃO HUMANA. GRANDES MOMENTOS DO PENSAMENTO OCIDENTAL.

Lotação:	Instituto de Educação
Nome da Disciplina:	METODOLOGIA CIENTÍFICA
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	02
Localização no QSL:	1º ano - 1º semestre
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA METODOLOGIA CIENTÍFICA..NATUREZA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO MÉTODO CIENTÍFICO. TIPOS DE TRABALHO CIENTÍFICO: FICHAMENTO. PESQUISA. ARTIGO. MONOGRAFIA. DISSERTAÇÕES E TESES. PROJETO DE TRABALHO CIENTÍFICO: FINALIDADE. TEMA. HIPÓTESES. VARIÁVEIS. OBJETIVOS PRINCIPAIS E ESPECÍFICOS. JUSTIFICATIVA. TEORIA DE BASE.. ORDENAÇÃO DO TEMA. CRONOGRAMA DE TRABALHO. NORMAS DA ABNT APLICÁVEIS AOS TRABALHOS ACADÊMICOS

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	HISTÓRIA DO DIREITO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	1º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

CONCEITO E PRINCÍPIOS DA ANÁLISE HISTÓRICA. DIREITO ARCAICO. DIREITO DA ANTIGUIDADE ORIENTAL DIREITO DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA: GRÉCIA E ROMA. DIREITO FEUDAL E DOGMÁTICA CANÔNICA. FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO MODERNO. TRAJETÓRIA DOS INSTITUTOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS. HISTORICIDADE JURÍDICA BRASILEIRA. O RUMO DO PENSAMENTO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO. OS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES E A HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO. OS NOVOS DIREITOS EM EXPANSÃO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	1º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA. CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO POLÍTICO. NAÇÃO E ESTADO. CONCEITO, ORIGEM E EXTINÇÃO DO ESTADO. ELEMENTO E CONFORMAÇÕES DO ESTADO CONTEMPORÂNEO TEORIAS JUSTIFICATIVAS DO ESTADO, FORMAS E REGIMES DE GOVERNO E DE ESTADO.. SISTEMAS REPRESENTATIVOS. SISTEMAS ELEITORAIS. DIVISÃO DE PODERES NO ESTADO RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICA, ESTADO E DIREITO. A CIDADANIA ECOLÓGICA. ESTADO CONSTITUCIONAL. CONCEITO, OBJETO E FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL. TEORIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. HISTÓRICO DO CONSTITUCIONALISMO. PODER CONSTITUINTE E PODER DE REFORMA. MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA JURÍDICA DA CONSTITUIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. NORMAS CONSTITUCIONAIS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL. A CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO DE 1988.

Unidade Responsável	Instituto de Educação
Nome da Disciplina:	FUNDAMENTOS DE ÉTICA
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	02
Localização no QSL:	1º ano – 2º semestre
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

A ÉTICA COMO TEORIA E PRÁTICA NO CONTEXTO EPISTEMOLÓGICO DA FILOSOFIA. A EMERGÊNCIA DA ÉTICA NA CULTURA GREGA. EXPOENTES DA ÉTICA. FILOSOFIA E ÉTICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: ÉTICA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DOGMÁTICA JURÍDICA
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	1º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

A NORMA JURÍDICA POSITIVA: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO. A ESTRUTURA INTERNA E EXTERNA DA NORMA JURÍDICA. FONTES DO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO: A LEI, O COSTUME, OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO E A EQUIDADE. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS A PARTIR DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. ATOS E FATOS JURÍDICOS. TIPOS DE SANÇÃO JURÍDICA. DIREITO INTERNO E EXTERNO. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO. ESPECIALIZAÇÕES DO DIREITO. SUJEITOS DE DIREITO. A PESSOA. A PESSOA FÍSICA: INÍCIO E FIM. CAPACIDADE. CONCEITO E ESPÉCIES. AS INCAPACIDADES. A AUSÊNCIA: CONCEITO, ESPÉCIES E EFEITOS. A PESSOA JURÍDICA: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO. AS ASSOCIAÇÕES E AS FUNDAÇÕES. REPRESENTAÇÃO. DOMICÍLIO. DOMICÍLIO. DIFERENTES CLASSES DE BENS. FATOS JURÍDICOS. NEGÓCIOS JURÍDICOS. ATOS JURÍDICOS LÍCITOS E ILÍCITOS. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PROVA

Lotação:	Inst. de Ciências Econ, Administr. e Contábeis - ICEAC
Nome da Disciplina:	NOÇÕES DE ECONOMIA
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	1º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	07149
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO - NOÇÕES DE ECONOMIA MONETÁRIA - GRANDES AGREGADOS MACROECONÔMICOS - NOÇÕES SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL - FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS BLOCOS ECONÔMICOS.

Unidade Responsável	Instituto de Educação
Nome da Disciplina:	ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	02
Localização no QSL:	1º ano – 2º semestre
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

EPISTEMOLOGIA DA ANTROPOLOGIA – CIÊNCIA E OBJETO. O SER HUMANO NO CONTEXTO DA EVOLUÇÃO CÓSMICO-BIOLÓGICO-HISTÓRICA. PARADIGMAS ANTROPOLÓGICOS. DIMENSÕES DO HUMANO: ESPACIALIDADE, TEMPORALIDADE E EXISTENCIALIDADE. A DIALÉTICA DO HUMANO E DO JURÍDICO: INSTITUIÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO CONSTITUCIONAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	2º
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Dogmática Jurídica Teoria Geral do Direito Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA:

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA VIGENTE: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, ORGANIZAÇÃO DOS PODERES. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE BRASILEIRA DE 1988: DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, SOCIAIS, DA NACIONALIDADE E POLÍTICOS. ORDEM SOCIAL. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. CONSTITUIÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITOS HUMANOS
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	2º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Dogmática Jurídica Teoria Geral do Direito Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA:

CONDIÇÕES TEÓRICAS, CONDIÇÕES SOCIAIS DO CONHECIMENTO E PARADIGMAS FILOSÓFICOS E JURÍDICOS DOS DIREITOS HUMANOS. DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. MOVIMENTOS SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITO. REGIONALISMO E DIREITOS HUMANOS. DIREITOS HUMANOS: UNIVERSALISMO VERSUS RELATIVISMOS. EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. ATOS DE ESTADOS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS NAS CONSTITUIÇÕES. CONCEITO, FUNDAMENTOS, EVOLUÇÃO E SIGNIFICADO CONTEMPORÂNEO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE. O FOMENTO AO DIREITOS HUMANOS COMO PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	2º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Dogmática Jurídica Teoria Geral do Direito Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA:

CONSTITUCIONALISMO DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL. OBRIGAÇÕES. FONTES. CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.

ADIMPLENTO DIRETO E INDIRETO. TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DAS OBRIGAÇÕES. INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. INADIMPLENTO. CLAÚSULA PENAL. PERDAS E DANOS. JUROS LEGAIS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PENAL I
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	2º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Dogmática Jurídica Teoria Geral do Direito Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA:

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL. HISTÓRIA DAS IDÉIAS PENAIS. PRINCÍPIOS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO ESTATAL. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. TEORIA DA NORMA PENAL. TEORIA DO DELITO: CONDUTA, TIPICIDADE, ANTIJURIDICIDADE E CULPABILIDADE.

Lotação:	Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI
Nome da Disciplina:	SOCIOLOGIA GERAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	2º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	09584
Pré-requisitos:	Metodologia Científica

EMENTA:

SOCIOLOGIA GERAL. CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA. O PENSAMENTO SOCIAL. A SOCIEDADE E SEUS CONFLITOS. NORMAS SOCIAIS E COMPORTAMENTO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	FILOSOFIA E ÉTICA JURÍDICA
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	2º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Fundamentos de Filosofia Fundamentos de Ética

EMENTA:

FILOSOFIA JURÍDICA ATRAVÉS DA HISTÓRIA E DAS SUAS GRANDES FORMULAÇÕES. FILOSOFIA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA. ÉTICA JURÍDICA. REGRAS DEONTOLÓGICAS FUNDAMENTAIS. A ATIVIDADE DO ADVOGADO, DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA (PERFIL HISTÓRICO). DO ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E O CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ADVOCACIA. OS DEVERES PROFISSIONAIS, AS RELAÇÕES COM OS CLIENTES, OS PRECEITOS ÉTICOS E AS SANÇÕES DISCIPLINARES. ÉTICA E MEIO AMBIENTE. A ÉTICA JUS-FILOSÓFICA AMBIENTAL E HUMANISTA.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	2º
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Dogmática Jurídica Teoria Geral do Direito Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA:

DA TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA. FONTES. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. PRINCÍPIOS GERAIS. EFICÁCIA DAS LEIS NO TEMPO E NO ESPAÇO. RELAÇÃO JURÍDICA E LIDE. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO: AÇÃO, JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. PARTES E TERCEIROS. ADVOCACIA E MISTÉRIO PÚBLICO. ORGÃO JURISDICIONAL E OS AUXILIARES DA JUSTIÇA. ATOS PROCESSUAIS. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTRODUÇÃO AO PROCESSO EM ESPÉCIE E AOS SEUS PROCEDIMENTOS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PENAL II
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	3º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Penal I

EMENTA:

TEORIA DA PENA. APLICAÇÃO DAS PENAS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. CRIMES CONTRA A PESSOA. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO. CRIMES RELATIVOS A SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE CIVIL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	3º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito das Obrigações Direito Constitucional

EMENTA:

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS. CONTRATOS DO CÓDIGO CIVIL. CONTRATOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO. CONTRATOS ESPECIAIS. ATOS UNILATERAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL: APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA AOS CONTRATOS E OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL, CONTRATOS, SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	3º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Processual Civil I

EMENTA:

DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO: PEDIDO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RESPOSTA. INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. SENTENÇA, RESOLUÇÃO DA LIDE E COISA JULGADA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO: ADEQUAÇÃO DO RITO. PECULIARIDADES DO PROCEDIMENTO. PEDIDO, RESPOSTA, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. DO SISTEMA RECURSAL: TEORIA GERAL. RECURSOS EM ESPÉCIE. RECURSOS CONSTITUCIONAIS. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS: JURISPRUDÊNCIA E UNIFORMIZAÇÃO. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO RESCISÓRIA.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	HERMENÊUTICA E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	3º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Constitucional

EMENTA:

CONSTITUCIONALISMO, ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: TEORIAS; COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO. MODELOS DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE E SUAS INFLUÊNCIAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL. OS CONTROLES CONCENTRADO E DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE: CARACTERÍSTICAS E INSTRUMENTOS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO ADMINISTRATIVO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	3º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Constitucional

EMENTA:

O DIREITO ADMINISTRATIVO NO ESTADO CONSTITUCIONAL: SIGNIFICADO POLÍTICO-JURÍDICO E SOCIOLÓGICO. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO. PODERES-DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LICITAÇÃO. SERVIÇOS PÚBLICOS. AGENTES PÚBLICOS. SERVIDORES PÚBLICOS. DOMÍNIO PÚBLICO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MEIO AMBIENTE. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS AGENTES PÚBLICOS. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO E FINANÇAS PÚBLICAS. PANORAMA GERAL DAS RECEITAS PÚBLICAS. NORMAS GERAIS SOBRE ORÇAMENTO E DESPESAS PÚBLICAS. PRINCÍPIOS ORIENTADORES. PUBLICIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Lotação:	Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI
Nome da Disciplina:	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	3º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	09312
Pré-requisitos:	Metodologia Científica

EMENTA:

CRIMINOLOGIA. PERSONALIDADE E FAMÍLIA. MALTRATO INFANTIL. PERSONALIDADE E DELINQUÊNCIA. MENORES INFRATORES. CRIMINOSO NEURÓTICO. ABUSO EMOCIONAL. EUTANÁSIA. ABORTO, ADOÇÃO, AGRESSIVIDADE.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PROCESSUAL PENAL I
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	4º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Penal II

EMENTA:

FUNDAMENTO DO PROCESSO PENAL. SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS. PRINCIPIOS DO PROCESSO PENAL NA CONSTITUIÇÃO. LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. AÇÃO PENAL. JURISDIÇÃO PENAL E COMPETENCIA. SUJEITOS PROCESSUAIS. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS. MEDIDAS CAUTELARES REAIS. INTIMAÇÕES. PROVAS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITOS REAIS
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	4º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Contratual e Responsabilidade Civil

EMENTA:

DA POSSE. DA PROPRIEDADE. DA USUCAPIÃO. DO DIREITO DE VIZINHANÇA. DO CONDOMÍNIO. DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL. DOS DEMAIS TIPOS DE PROPRIEDADE. DAS SERVIDÕES PESSOAIS. DO USUFRUTO. DA COMPRA E VENDA. DOS DIREITOS REAIS. DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA. DIREITOS REAIS EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL: APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA AOS DIREITOS REAIS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DO TRABALHO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	4º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Contratual e Responsabilidade Civil Direito Constitucional

EMENTA:

HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO - NOÇÕES FUNDAMENTAIS - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO - RELAÇÃO DE EMPREGO - FÉRIAS - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - RELAÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO - DISCIPLINA LEGAL DO C.I. DE TRABALHO - NOVAS TEMÁTICAS TRABALHISTAS. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL E DIREITOS TRABALHISTAS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	4º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Processual Civil II

EMENTA:

DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL. PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PROCEDIMENTOS DAS EXECUÇÕES FUNDADAS EM TÍTULOS JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. DEFESA EM FACE DE EXECUÇÃO. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE. DO PROCESSO CAUTELAR: TEORIA GERAL. PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: TEORIA GERAL. PROCEDIMENTOS DO CPC. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DO CPC: DISPOSIÇÕES ORIGINAIS E ALTERAÇÕES.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO AMBIENTAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	4º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Administrativo

EMENTA:

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS: REFERÊNCIAS POLÍTICO-JURÍDICAS QUE SE CONSTITUEM EM FONTE MATERIAL DO DIREITO AMBIENTAL. CONCEITOS BÁSICOS QUE INSTRUMENTAM O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO. PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM O DIREITO AO MEIO AMBIENTE. PODER LEGISLATIVO AMBIENTAL. PODER EXECUTIVO AMBIENTAL. PODER JUDICIAL AMBIENTAL. DIREITOS AMBIENTAIS CONSTITUCIONAIS E SUA NATUREZA. DEVERES AMBIENTAIS NA CIDADANIA E DO ESTADO. PANORAMA GERAL DAS NORMAS PROTETIVAS DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO TRIBUTÁRIO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	4º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Administrativo

EMENTA:

CONCEITO E DENOMINAÇÃO. A NATUREZA DO TRIBUTO. OS TRIBUTOS EM ESPÉCIE. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. AS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR. SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. OS IMPOSTOS DA UNIÃO. IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS. RECEITA TRIBUTÁRIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. DOS CRIMES CONTRA A

ORDEM TRIBUTÁRIA. NOÇÕES DO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO, PENAL E CIVIL.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direitos Reais

EMENTA:

O DIREITO DE FAMÍLIA E A CONSTITUIÇÃO. CASAMENTO: EFEITOS JURÍDICOS. REGIME DE BENS. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL. UNIÃO ESTÁVEL: REQUISITOS. CONVERSÃO EM CASAMENTO. RELAÇÕES DE PARENTESCO. ALIMENTOS, ADOÇÃO, TUTELA, CURATELA E BEM DE FAMÍLIA. SUCESSÃO: SUCESSÃO EM GERAL. SUCESSÃO LEGÍTIMA. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. INVENTÁRIO E PARTILHA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA AOS DIREITOS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PROCESSUAL PENAL II
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Processual Penal I

EMENTA:

PROCESSO E PROCEDIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM: ORDINÁRIO E SUMÁRIO. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: TRIBUNAL DO JÚRI; JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS; CRIMES DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DECISÕES JUDICIAIS. TEORIA DAS NULIDADES. TEORIA DOS RECURSOS. RECURSOS EM ESPÉCIE. AÇÕES AUTÔNOMAS IMPUGNATIVAS EM MATÉRIA PENAL.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito do Trabalho

EMENTA:

PRINCÍPIOS E SINGULARIDADES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO TRABALHO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AS AÇÕES TRABALHISTAS - DISSÍDIO INDIVIDUAL - DISSÍDIO COLETIVO - MEIOS IMPUGNATIVOS DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS - PROCESSOS ANTECEDENTES E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - PRESCRIÇÃO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO EMPRESARIAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Contratual e Responsabilidade Civil Direito Processual Civil III

EMENTA:

O EMPRESÁRIO E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA: CONCEITUAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, DISSOLUÇÃO, ESTABELECIMENTO E NOME EMPRESARIAL. OS TIPOS DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS. TÍTULOS DE CRÉDITOS: DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, EXIGIBILIDADE, PRÓPRIOS E IMPRÓPRIOS. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÍCIOS. A SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM CRISE: DEFINIÇÃO E CONSEQUÊNCIAS. – A FALÊNCIA E O PROCESSO FALIMENTAR. – A ADMINISTRAÇÃO, OS EFEITOS E OS CREDORES DA FALÊNCIA. A RECUPERAÇÃO DA EMPRESA: JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. O PROCESSO JUDICIAL. A EMPRESA NA ORDEM INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEAS E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO INTERNACIONAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Constitucional Direitos Humanos Noções de Economia Filosofia e Ética Jurídica Antropologia Filosófica

EMENTA:

FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO CONTEMPORÂNEOS: TEORIAS E HISTÓRICO – INSERÇÃO, DIREITOS E DEVERES DO ESTADO NA ORDEM INTERNACIONAL. TRATADOS INTERNACIONAIS E ATOS UNILATERAIS. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL. O HOMEM NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. DOMÍNIO INTERNACIONAL,. CONFLITOS INTERNACIONAIS E MEIOS DE SOLUÇÃO. JURISDIÇÃO INTERNACIONAL, PRINCIPAIS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E SUAS FUNÇÕES. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO – AS PESSOAS PRIVADAS FÍSICAS E JURÍDICAS NA ORDEM INTERNACIONAL. ESTATUTO DO ESTRANGEIRO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO, SOCIEDADE E JUSTIÇA SOCIAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Constitucional Direitos Humanos Sociologia Geral Noções de Economia Filosofia e Ética Jurídica Antropologia Filosófica

EMENTA:

DIREITO E SOCIOLOGIA. CONTEXTO HISTÓRICO DA SOCIOLOGIA JURÍDICA. FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO. CONCEITO SOCIOLÓGICO DO DIREITO. DIREITO E ANOMIA. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA JURÍDICA. A ABORDAGEM MARXISTA DO DIREITO. TEORIA SISTÊMICA DO DIREITO. DIREITO E MUDANÇA SOCIAL. A SOCIEDADE GLOBAL E OS DESAFIOS JURÍDICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS. OS LIMITES NORMATIVOS DOS ORDENAMENTOS NACIONAIS FRENTE AO ESTADO TRANSNACIONAL. DESENVOLVIMENTO E LIMITES AMBIENTAIS: PERSPECTIVAS JURÍDICAS. O PARADIGMA DA JUSTIÇA SOCIAL. OS DESAFIOS JURÍDICO-SOCIOLÓGICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO CONTEXTO DO ESTADO GLOBAL.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	ESTAGIO SUPERVISIONADO I
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	01 Aula
Créditos:	02
Localização no QSL:	2º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a definir
Pré-requisitos:	Dogmática Jurídica Teoria Geral do Direito Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA:
INICIAÇÃO À PRÁTICA JURÍDICA. VISITAÇÕES A AMBIENTES PÚBLICOS DE PRÁTICA JURÍDICA.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	ESTAGIO SUPERVISIONADO II
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	01 Aula
Créditos:	02
Localização no QSL:	3º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a definir
Pré-requisitos:	Estágio Supervisionado I Direito Processual Civil I

EMENTA:
ASSISTÊNCIA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO NOS DISTINTOS AMBIENTES DO PODER JUDICIÁRIO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	ESTAGIO SUPERVISIONADO III
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	4º
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a definir
Pré-requisitos:	Estágio Supervisionado II Direito Processual Civil II

EMENTA:

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA: ATOS EXTRAJUDICIAIS, PEÇAS PROCESSUAIS DE NATUREZA CÍVEL, ABRANGENDO OS DISTINTOS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS, SIMULAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS DIFERENTES PROFISSÕES JURÍDICAS NA ÁREA CÍVEL. ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS EM TEMAS E PROCEDIMENTOS DIFERENCIADOS NO ÂMBITO DO PROCESSO CIVIL, TAIS COMO: MANDADO DE SEGURANÇA, AÇÃO POPULAR, AÇÃO DE IMPROBIDADE, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, MEDIDA CAUTELAR, EXECUÇÃO DE SENTENÇA, EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL, EXECUÇÃO FISCAL, CORREIÇÃO PARCIAL, ENTRE OUTROS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	ESTAGIO SUPERVISIONADO IV
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	4º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a definir
Pré-requisitos:	Estágio Supervisionado II Direito Processual Civil II

EMENTA:

EXERCÍCIO ORIENTADO DE PRÁTICA JURÍDICA REAL EM AMBIENTES DE TRABALHO ESPECÍFICOS

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	ESTAGIO SUPERVISIONADO V
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	01 Aula
Créditos:	02
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a definir
Pré-requisitos:	Direito Processual Penal I

EMENTA:

EXERCÍCIO DA PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA: ELABORAÇÃO DE PEÇAS JURÍDICAS DE NATUREZA PENAL; SIMULAÇÃO DE ATUAÇÃO NAS DISTINTAS PROFISSÕES JURÍDICAS NA ÁREA PENAL.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	ESTAGIO SUPERVISIONADO VI
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	01 Aula
Créditos:	02
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a definir
Pré-requisitos:	Direito do Trabalho

EMENTA:

EXERCÍCIO DA PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA - ELABORAÇÃO DE PEÇAS JURÍDICAS RELACIONADAS AO DIREITO DO TRABALHO, DE NATUREZA INDIVIDUAL E EM DISSÍDIOS COLETIVOS; SIMULAÇÃO DA ATUAÇÃO NAS DISTINTAS PROFISSÕES JURÍDICAS NA ÁREA TRABALHISTA..

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	ESTAGIO SUPERVISIONADO VII
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Obrigatória
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a definir
Pré-requisitos:	Estágio Supervisionado IV

EMENTA:

EXERCÍCIO DA PRÁTICA JURÍDICA REAL: CONTATO DIRETO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO PARA CONSULTAS, MEDIAÇÕES, CONCILIAÇÕES, INGRESSO, ACOMPANHAMENTO E FINALIZAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS. EXERCÍCIO PRÁTICO ORIENTADO NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS JURÍDICOS DOS PROJETOS OU PROGRAMAS VINCULADOS À FACULDADE DE DIREITO

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DO MAR
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 2º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO MAR. TERMOS UTILIZADOS NAS CONVENÇÕES. COMPROMISSO COM A COMUNIDADE INTERNACIONAL. ÁREA E FUNDOS MARINHOS: MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA. LIMITE CONVENCIONAL. UTILIZAÇÃO DO MAR TERRITORIAL E DIREITO DE PASSAGEM: NAVIOS E AERONAVES. ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA: RECURSOS VIVOS. ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO PELO ESTADO COSTEIRO. PLATAFORMA CONTINENTAL E ALTO-MAR: UTILIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. POLUIÇÃO MARINHA. MAR TERRITORIAL BRASILEIRO: LIMITES.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	COMUNICAÇÃO JURÍDICA
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 2º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia Científica

EMENTA:

TEORIA: FORMAS E EVENTOS DE COMUNICAÇÃO JURÍDICA. ORATÓRIA. LINGUAGEM JURÍDICA. POSTURA, DESINIBIÇÃO E DICÇÃO. PRÁTICA: ATIVIDADE DE PESQUISA E DEFESA.

Lotação:	Faculdade de Medicina
Nome da Disciplina:	MEDICINA LEGAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	17017
Pré-requisitos:	: Direito Penal II

EMENTA:

A MEDICINA LEGAL NAS CIÊNCIAS JURÍDICA E MÉDICA, TRAUMATOLOGIA FORENSE, SEXOLOGIA FORENSE, TANATOLOGIA FORENSE, CRONOTANATOLOGIA. IDENTIDADE, INFORTUNÍSTICA. NOÇÕES DE PSICOPATOLOGIA FORENSE, NEUROSES E PSICOSES.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 3º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	08226
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. O ESTATUTO DO IDOSO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PREVIDENCIÁRIO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	08228
Pré-requisitos:	: Direito Administrativo

EMENTA:

NOÇÕES GERAIS - FONTES - EVOLUÇÃO HISTÓRICA - A SEGURIDADE SOCIAL – O DIREITO PREVIDENCIÁRIO E OS DEMAIS RAMOS DA CIÊNCIA JURÍDICA - O DIREITO PREVIDENCIÁRIO E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - PRINCÍPIOS GERAIS - RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO - BENEFICIÁRIOS - CARÊNCIA - BENEFÍCIOS – PREVIDÊNCIA PRIVADA. QUESTÕES JUDICIAIS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DA NAVEGAÇÃO
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Administrativo

EMENTA:

DO DIREITO DA NAVEGAÇÃO: DENOMINAÇÃO. AUTONOMIA. FONTES. NAVIOS E EMBARCAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS. ESPÉCIES DE NAVEGAÇÃO. DOMÍNIO MARÍTIMO. ACIDENTES E FATOS DA NAVEGAÇÃO: ESPÉCIES E JURISDIÇÃO. PRATICAGEM E SEGURO. CONTRATOS MARÍTIMOS. TRIBUNAL MARÍTIMO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO ECONÔMICO
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	08230
Pré-requisitos:	Nenhum

EMENTA:

A CIÊNCIA ECONÔMICA E O DIREITO; O DESENVOLVIMENTO E A ESTRUTURAÇÃO DO DIREITO ECONÔMICO; DO ORDENAMENTO JURÍDICO DA PRODUÇÃO, DA CIRCULAÇÃO, DA REPARTIÇÃO, DO CONSUMO, DO INVESTIMENTO E DA POUPANÇA; DA ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA INTERNACIONAL; O DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO BRASILEIRO, DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO COMPARADO, DIREITO E ECONOMIA. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. O DIREITO DA CONCORRÊNCIA E A DEFESA COMERCIAL.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DA PESCA
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	30 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	02
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	: nenhum

EMENTA:

DIREITO DA PESCA: CONCEITO. HISTÓRICO. DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESPÉCIES E MODALIDADES. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEGISLAÇÃO PESQUEIRA CODIFICADA E EXTRAVAGANTE. TRATADOS INTERNACIONAIS. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO DO CONSUMIDOR
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Contratual e Responsabilidade Civil Direito Administrativo

EMENTA:

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AS RELAÇÕES DE CONSUMO E A CIDADANIA. CONCEITO DE CONSUMIDOR E FORNECEDOR. O CDC E O SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO. CONVENÇÕES COLETIVAS DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PORTUÁRIO
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 3º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA. PORTO ORGANIZADO. PORTO PÚBLICO. TERMINAIS PRIVATIVOS. OPERADORES PORTUÁRIOS. ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA. TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS. MULTIFUNCIONALIDADE.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PÚBLICO ECLESIAÍSTICO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 3º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Constitucional

EMENTA:

A LIBERDADE DE CULTO E SEUS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS. A FORMAÇÃO DOS INSTITUTOS ECLESIAIS. DETALHAMENTOS DA CONFORMAÇÃO JURÍDICA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: A FUNÇÃO DA IGREJA NA ORDEM TEMPORAL E SUA MISSÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO. AS RELAÇÕES ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O PODER POLÍTICO. AJUDA QUE A IGREJA RECEBE DO MUNDO. AS FONTES DO DIREITO PÚBLICO ECLESIAÍSTICO NO PERÍODO PÓS- CONCILIAR. A LIBERDADE RELIGIOSA. O DECRETO DIGNITATIS HUMANAЕ. O SISTEMA CONCORDATÁRIO. CONCORDATOS ANTERIORES AO CONCÍLIO VATICANO II E OS CONCORDATOS POSTERIORES. A IGREJA E A ORDEM INTERNACIONAL. A IGREJA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DA IGREJA. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTADO DA CIDADE DO VATICANO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 3º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

EMENTA:

MUDANÇA DE PARADIGMA ACERCA DO CONFLITO. ASPECTOS GERAIS DA MEDIAÇÃO. SUPORTES TEÓRICOS PARA A MEDIAÇÃO. O PROCESSO DE MEDIAÇÃO. O MEDIADOR: PAPEL E HABILIDADES. CONTEXTOS DE MEDIAÇÃO. TÓPICOS ESPECIAIS EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS. PRÁTICA DA MEDIAÇÃO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	BIODIREITO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 2º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	08254
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

INTRODUÇÃO AO BIODIREITO. INTERFACES ENTRE A BIOÉTICA E DIREITO. FUNDAMENTOS DA BIOÉTICA; CORRENTES E POSTULADAS. FONTES IMEDIATAS DE BIODIREITO. TEMAS DE BIOÉTICA E SUAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS. PROTEÇÃO JURÍDICA DO CORPO E DA SAÚDE HUMANAS. DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE BIOÉTICA E GENOMA HUMANO. PRINCIPAIS LEIS E DECISÕES TRATANDO DE TEMAS DE BIOGENÉTICA.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO COOPERATIVO E CIDADANIA
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 3º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	: nenhum

EMENTA:

HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO – PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO – AS BASES DO COOPERATIVISMO POPULAR – DISTINÇÃO ENTRE EMPRESA CAPITALISTA E EMPREENDIMENTO COOPERADO - ORDENAMENTO JURÍDICO DO COOPERATIVISMO – COOPERATIVISMO E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PENITENCIÁRIO
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Penal I

EMENTA:

ASPECTOS HISTÓRICOS E CRÍTICOS DA EXECUÇÃO PENAL. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EXECUÇÃO PENAL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E CLASSIFICAÇÃO DOS CONDENADOS. DA ASSISTÊNCIA E DO TRABALHO. DOS DEVERES E DOS DIREITOS DO CONDENADO. ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DA PENA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PROCEDIMENTOS PARA PROGRESSÃO DE REGIME CARCERÁRIO. PROCEDIMENTO PARA LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDULTO E COMUTAÇÃO. PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Tributário

EMENTA:

FUNDAMENTOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO RELACIONADOS AO PROCESSO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO DO CREDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA. O PROCESSO TRIBUTÁRIO: ESPÉCIES. EXECUÇÃO FISCAL. RITO PROCEDIMENTOS DIVIDA ATIVA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA.SUBSTITUIÇÃO DE CERTIDÃO DEFEITUOSA:DEVOLUÇÃO DO PRAZO DE EMBARGOS: LEGITIMAÇÃO PASSIVA PARA A EXECUÇÃO FISCAL.EXECUÇÃO DOS DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SÓCIOS. NECESSIDADE DE CITAÇÃO PESSOAL DO SÓCIO-GERENTE ANTES DA PENHORA DE SEUS BENS PARTICULARES. MEAÇÃO DA MULHER CASADA E CO-RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO MARIDO. BENEFÍCIO DE ORDEM: EMBARGOS DE TERCEIRO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO FISCAL TER ÊXITO. JURISPRUDÊNCIAS ATUAIS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 5º
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Processual Penal I

EMENTA:

SISTEMA ACUSÁTORIO. SISTEMA INQUISITÓRIO. SISTEMA MISTO. A VERDADE NO PROCESSO PENAL. INQUISITORIALISMOS DE ALTA E BAIXA INTENSIDADE. DEMOCRATICIDADE E PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO-CONSTITUCIONAL

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	CRIMINOLOGIA
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	a partir do 1º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

HISTÓRIA DA CRIMINOLOGIA. AS ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS. CONTEÚDOS E LIMITES DO OBJETO DA CRIMINOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM AS DEMAIS CIÊNCIAS CRIMINAIS. IMPORTÂNCIA DA CRIMINOLOGIA. FUNÇÕES E PERSPECTIVAS DA CRIMINOLOGIA. AS PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE A CRIMINALIDADE.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 4º
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Penal II

EMENTA:

CRIMES PERTINENTES A SEGUINTE LEGISLAÇÃO: ESTATUTO DO IDOSO. LEI DA TORTURA. LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE. CRIMES DE GENOCÍDIO, RACISMO, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E SEXUAL. LEI DO MEIO AMBIENTE. LEI DE BIOSSEGURANÇA. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. LEI DE SONEGAÇÃO FISCAL. "LAVAGEM" DE CAPITAIS. CRIME ORGANIZADO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO E GÊNERO
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 3º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

O QUE É GÊNERO? RELAÇÕES DE GÊNERO. FEMINISMOS. REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE. VIOLÊNCIA DE GÊNERO. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS. LEI MARIA DA PENHA. CONVENÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS RELATIVOS AO TEMA.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	HISTÓRIA DAS IDÉIAS JURÍDICAS
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03Horas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 2º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	História do Direito Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA:

HISTÓRIA DAS IDÉIAS JURÍDICO-POLÍTICAS. OBJETO. MÉTODO. IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS PARA O DIREITO. SER E DEVER. ANTIGOS E MODERNOS. AS QUESTÕES PERENES: HOMEM, NATUREZA, SOCIEDADE, DEUS E HISTÓRIA. O PENSAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO MODERNO: A SECULARIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO RACIONALISMO CIENTÍFICO. A CIÊNCIA COMO RELIGIÃO. AS LINGUAGENS DO IDEÁRIO POLÍTICO E O DIREITO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO EDUCACIONAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Direito Administrativo

EMENTA:

CONCEITOS BÁSICOS: EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZADO. INTERFACES ENTRE O DIREITO E A EDUCAÇÃO. HISTÓRICO DO DIREITO EDUCACIONAL BRASILEIRO. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO EDUCACIONAL. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. DIREITO À EDUCAÇÃO. DIREITO AO ENSINO. DIREITO À ENSINAR.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS
Duração:	Semestral
Carga Horária Total:	45 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	03
Localização no QSL:	a partir do 4º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum
Perfil Especial:	Disciplina teórico-prática, máximo 30 alunos em sala.

EMENTA:

DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS. CONCEITOS BÁSICOS DE NOVAS TECNOLOGIAS. NOVAS TECNOLOGIAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS. RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES E USUÁRIOS DA INTERNET. DIREITO AUTENTAL NA INTERNET. AS NOVAS TECNOLOGIAS E AS RELAÇÕES CONTRATUAIS. AS NOVAS TECNOLOGIAS E ASPECTOS PENAIIS. AS NOVAS TECNOLOGIAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO. A ADVOCACIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS. O PROCESSO E AS NOVAS TECNOLOGIAS.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PROPRIEDADE INTELECTUAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	60 Horas
Carga Horária Semanal:	02 Aulas
Créditos:	04
Localização no QSL:	a partir do 3º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	I
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	nenhum

EMENTA:

HISTÓRICO DA PROTEÇÃO JURÍDICA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. OBJETOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. O DIREITO AUTENTAL E SUA REGULAÇÃO NO BRASIL. O DIREITO DE MARCAS E PATENTES E SUA REGULAÇÃO NO BRASIL. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia_Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITOS HUMANOS PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO. PESQUISA EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO AMBIENTAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO AMBIENTAL PESQUISA EM DIREITO AMBIENTAL. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO E BIOÉTICA
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador Biodireito

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM BIOÉTICA PESQUISA EM BIOÉTICA. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO ECONÔMICO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar

Pré-requisitos: Metodologia_Cientifica
Direitos_Humanos
Direito_Ambiental
Filosofia_e_Etica_Juridica
Antropologia_Filosofica
Sociologia Geral
Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
Mínimo de 180 créditos concluídos
Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e
Aceitação do respectivo orientador
Direito Econômico

EMENTA:
PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO ECONÔMICO PESQUISA EM DIREITO ECONÔMICO. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação: Faculdade de Direito
Nome da Disciplina: **PESQUISA EM DIREITO DO CONSUMIDOR**
Duração: Anual
Carga Horária Total: 90 Horas
Carga Horária Semanal: 03 Aulas
Créditos: 06
Localização no QSL: 5º ano
Caráter: Optativa
Sistema de Avaliação: II
Código: a determinar
Pré-requisitos: Metodologia_Cientifica
Direitos_Humanos
Direito_Ambiental
Filosofia_e_Etica_Juridica
Antropologia_Filosofica
Sociologia Geral
Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
Mínimo de 180 créditos concluídos
Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e
Aceitação do respectivo orientador
Direito do Consumidor

EMENTA:
PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO DO CONSUMIDOR. PESQUISA EM DIREITO DO CONSUMIDOR. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO EDUCACIONAL E ENSINO JURÍDICO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador Direito Educacional

EMENTA:
PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO EDUCACIONAL E ENSINO JURÍDICO. PESQUISA EM DIREITO EDUCACIONAL E ENSINO JURÍDICO. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO DO MAR, PESCA E NAVEGAÇÃO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica

Sociologia Geral
Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
Mínimo de 180 créditos concluídos
Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e
Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO DO MAR, PESCA E NAVEGAÇÃO PESQUISA EM DIREITO DO MAR, PESCA E NAVEGAÇÃO. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO EMPRESARIAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO EMPRESARIAL. PESQUISA EM DIREITO EMPRESARIAL. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM FILOSOFIA JURÍDICA E TEORIA DO DIREITO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano

Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Científica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Jurídica Antropologia_Filosófica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM FILOSOFIA JURÍDICA E TEORIA DO DIREITO. PESQUISA EM DIREITO FILOSOFIA JURÍDICA E TEORIA DO DIREITO. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM SOCIOLOGIA JURÍDICA E HISTÓRIA DO DIREITO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Científica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Jurídica Antropologia_Filosófica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM SOCIOLOGIA JURÍDICA E HISTÓRIA DO DIREITO . PESQUISA EM SOCIOLOGIA JURÍDICA E HISTÓRIA DO DIREITO REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO CONSTITUCIONAL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia_Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO CONSTITUCIONAL. PESQUISA EM DIREITO CONSTITUCIONAL. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO CIVIL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia_Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO CIVIL PESQUISA EM DIREITO CIVIL . REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia_Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL PESQUISA EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar

Pré-requisitos: Metodologia_Cientifica
Direitos_Humanos
Direito_Ambiental
Filosofia_e_Etica_Juridica
Antropologia_Filosofica
Sociologia Geral
Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
Mínimo de 180 créditos concluídos
Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e
Aceitação do respectivo orientador
Direito Tributário

EMENTA:
PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS PESQUISA EM DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação: Faculdade de Direito
Nome da Disciplina: **PESQUISA EM DIREITO PENAL E**
PROCESSUAL PENAL
Duração: Anual
Carga Horária Total: 90 Horas
Carga Horária Semanal: 03 Aulas
Créditos: 06
Localização no QSL: 5º ano
Caráter: Optativa
Sistema de Avaliação: II
Código: a determinar
Pré-requisitos: Metodologia_Cientifica
Direitos_Humanos
Direito_Ambiental
Filosofia_e_Etica_Juridica
Antropologia_Filosofica
Sociologia Geral
Hermenêutica e Jurisdição Constitucional
Mínimo de 180 créditos concluídos
Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e
Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:
PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL PESQUISA EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO ADMINISTRATIVO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Científica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Jurídica Antropologia_Filosófica Sociologia_Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO ADMINISTRATIVO. PESQUISA EM DIREITO ADMINISTRATIVO REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Instituto de Letras e Artes - ILA
Nome da Disciplina:	LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	120 Horas
Carga Horária Semanal:	04 Aulas
Créditos:	08
Localização no QSL:	a partir do 1º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	06386
Pré-requisitos:	Nenhum

EMENTA:

EMENTA: CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE A IDENTIDADE E A CULTURA SURDA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS ? LIBRAS, SISTEMA LINGÜÍSTICO DE NATUREZA VISUAL-MOTORA, SUA ESTRUTURA E GRAMÁTICA.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO PORTUÁRIO
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador Direito Portuário

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO PORTUÁRIO. PESQUISA EM DIREITO PORTUÁRIO. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

Lotação:	Faculdade de Direito
Nome da Disciplina:	PESQUISA EM DIREITO COOPERATIVO E CIDADANIA
Duração:	Anual
Carga Horária Total:	90 Horas
Carga Horária Semanal:	03 Aulas
Créditos:	06
Localização no QSL:	5º ano
Caráter:	Optativa
Sistema de Avaliação:	II
Código:	a determinar
Pré-requisitos:	Metodologia_Cientifica Direitos_Humanos Direito_Ambiental Filosofia_e_Etica_Juridica Antropologia_Filosofica Sociologia Geral Hermenêutica e Jurisdição Constitucional Mínimo de 180 créditos concluídos Aprovação prévia do pré-projeto de pesquisa e Aceitação do respectivo orientador Direito Cooperativo e Cidadania

EMENTA:

PRÁTICA DE PESQUISA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA EM DIREITO COOPERATIVO E CIDADANIA. PESQUISA EM DIREITO COOPERATIVO E CIDADANIA. REVISÃO, AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO.

QSL (OBRIGATÓRIO)

